

FABIANA SOARES MIRANDA

DESEMPREGO: UMA TEORIA EM EVOLUÇÃO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Divonzir Lopes Beloto.

**CURITIBA
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

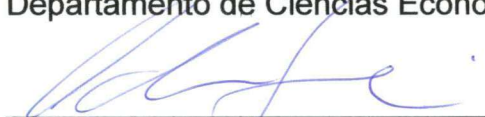
FABIANA SOARES MIRANDA

DESEMPREGO: UMA TEORIA EM EVOLUÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Divonzir Lopes Beloto
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.



Prof.ª Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.



Prof. Dr. Mauricio Aguiar Serra
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR.

CURITIBA
2005

Dedico este trabalho a Deus que me deu saúde e vida, e a todas as pessoas que estiveram ao meu lado me dando incentivo para que eu pudesse realizá-lo: Família, professores e amigos.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço a minha mãe e ao meu pai por estar sempre presente nos momentos mais difíceis da minha vida acadêmica e da realização deste trabalho;
- Agradeço ao meu noivo pelo amor, carinho e compreensão
- Agradeço ao meu Professor orientador, Divonzir pela paciência e amizade demonstrada ao longo dos anos de faculdade;
- Agradeço aos Professores que muito exigiram durante o curso, porque assim colaboraram para o bom desenvolvimento deste trabalho;
- Agradeço aos meus colegas pela amizade e ajuda oferecida.

De volta ao planeta dos macacos:
Nana banana nanananana banana!
Nana banana nanananana banana!
Que tá faltando emprego no planeta dos macacos!
Macacada reunida
Galera pelejando e dançando
Procurando uma saída!

Raul Seixas

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	II
RESUMO.....	III
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 FASE PRÉ-CAPITALISTA.....	2
2.1 O TRABALHO E O DESEMPREGO NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVO.....	2
2.1.1 O Pensamento de Platão.....	3
2.2 O TRABALHO E O DESEMPREGO NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL.....	5
2.3 MERCANTILISMO: TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO.....	8
2.3.1 O Contexto Histórico em que se Implantou o Capitalismo.....	8
2.3.2 As Idéias Mercantilistas.....	11
2.4 FISIOCRACIA: A TERRA COMO FONTE DE EMPREGO.....	13
2.5 CONCLUSÃO DA FASE PRÉ-CAPITALISTA.....	16
3 FASE CAPITALISTA.....	19
3.1 A ESCOLA CLÁSSICA.....	19
3.1.1 A Teoria do Desemprego de Adam Smith.....	19
3.1.2 As Conseqüências da Revolução Industrial.....	22
3.1.3 A Teoria do Desemprego de David Ricardo.....	25
3.1.4 A Teoria do Desemprego de Thomas Robert Malthus.....	28
3.2 A TEORIA DO DESEMPREGO DE KARL MARX.....	31
3.3 A TEORIA DO DESEMPREGO DA ESCOLA NEOCLÁSSICA.....	35
3.4 A TEORIA DO DESEMPREGO DE JHON MAYNARD KEYNES.....	41
3.5 CONCLUSÃO DA FASE CAPITALISTA: “A EVOLUÇÃO DA TEORIA DO DESEMPREGO NA FASE CAPITALISTA”.....	49
4 CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - MERCADO DE TRABALHO COMPETITIVO.....	38
GRÁFICO 2 - AUMENTO DA OFERTA DE TRABALHO COM RELAÇÃO AO AUMENTO DO SALÁRIO REAL.....	40
GRÁFICO 3 - DEMANDA E OFERTA AGREGADA.....	45
GRÁFICO 4 - DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO.....	48

RESUMO

O objetivo desta monografia é investigar porque existem várias teorias que buscam explicar o desemprego. O pressuposto é que cada teoria foi escrita em determinado momento da história e por isto apresentam causas diferentes para um mesmo problema, logo através da Evolução das teorias do desemprego pode-se investigar quando e como surge o desemprego e porque ele passa a representar um problema em constante evolução o que implica no surgimento de novas teorias. A evolução das teorias foi dividida em duas fases, uma pré-capitalista outra capitalista, onde se constatou que as teorias do desemprego começam a surgir a partir da submissão da mão-de-obra assalariada e estas teorias evoluem e tornam-se mais complexas a partir da Revolução Industrial e do Desenvolvimento do Capitalismo que modificam as relações de produção de forma que agravam o problema do desemprego.

1. INTRODUÇÃO

O desemprego é um dos mais graves problemas presentes nas economias capitalistas, de forma que existe uma constante preocupação em desvendar as causas e apontar soluções para este problema. Atualmente existem várias teorias que procuram explicar o desemprego, estas teorias apontam causas diferentes para um mesmo problema o que promove debates muitas vezes prolongados a respeito da verdadeira causa do desemprego e qual teoria está correta.

Identificar o que realmente explica o desemprego requer muito mais que um simples debate sobre qual teoria está correta, é necessário investigar quando surge o desemprego e porque ele se torna uma preocupação constante. As teorias sobre o desemprego mostram que este problema pode apresentar diferentes causas, no entanto cada teoria foi escrita em um diferente momento do capitalismo de forma que se torna possível investigar através da evolução das teorias do desemprego quando e como o desemprego passa a representar um problema e por que ele possui um caráter constante para as economias capitalistas.

De acordo com este pressuposto esta monografia tem o objetivo de investigar através da evolução das teorias do desemprego como surge o problema e porque ele representa uma constante preocupação, o que será feito tendo como base à teoria marxista. A monografia está dividida em duas fases, à primeira fase se destina a investigar a fase pré-capitalista onde se procura identificar se existe alguma preocupação com o desemprego através do estudo das relações de produção e do pensamento dos autores mais influentes desta época, para este trabalho a fase pré-Capitalista compreende os modos de produção Escravo, Feudal e o período Mercantilista.

A segunda fase da monografia se destina ao estudo das teorias do desemprego na fase Capitalista delimitada entre os anos que marcam a introdução do capitalismo até a Grande Depressão, para o estudo desta fase foram escolhidas as teorias dos autores aqui considerados os mais relevantes a tratar do desemprego, são eles: Adam Smith, David Ricardo, Thomas Robert Malthus, Karl Marx, a escola Neoclássica, e por último John Maynard Keynes. O estudo desta fase procura identificar através do desenvolvimento das teorias do desemprego como se

desenvolve este problema no capitalismo e porque ele assume uma característica de constante preocupação.

2. FASE PRÉ-CAPITALISTA

O período considerado como pré-capitalista, inclui desde o início da história do pensamento econômico com os autores gregos até a formação da escola Fisiocrata, passando pelos modos de produção: Escravo, Feudal, e o Mercantilismo período em que ocorre a transição para o capitalismo.

O estudo da fase pré-capitalista tem como objetivo identificar em primeiro lugar se existe a presença do desemprego nesta fase e se há alguma explicação teórica que identifique suas causas, através do pensamento econômico dos autores mais influentes desta fase.

2.1 O TRABALHO E O DESEMPREGO NO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVO.

A história do pensamento econômico teve início na Grécia Antiga, sendo a Grécia uma civilização politicamente mais avançada que as outras, pode-se encontrar nela uma sociedade politicamente e economicamente organizada com modo de produção definido, o que conduz a questionamentos e reflexões relacionados à política, à justiça, à organização social e econômica.

DENIS (1982) afirma que o pensamento econômico surge na Grécia antiga berço da civilização Ocidental, onde por volta do século X a.C. o homem desenvolve a consciência de que é um ser superior devido a sua capacidade de raciocínio. Neste período já se encontram as Polis mais conhecidas como as cidades-estados, que apresentavam uma estrutura politicamente organizada com uma sociedade dividida em classes, esta realidade conduz a debates entre filósofos e pensadores sobre qual seria a divisão justa dos cargos políticos e também da divisão do trabalho, por isso a evolução destas cidades estará sempre sujeita a tensões sociais.

Toda a base produtiva da sociedade grega esta assentada no trabalho escravo, a sociedade se divide em escravos, artesãos livres e homens livres. O modo escravo caracteriza-se por três níveis distintos, a forma de propriedade, a distribuição dos meios de produção e o modo de apropriação do produto. Para HINDESS e HIRST (1975) a forma de propriedade impõe a divisão social do trabalho porque define trabalhadores (escravos) e não-trabalhadores (homens livres) através das relações de propriedade privada. Os trabalhadores não têm propriedade e

nenhuma influência política ou social, eles dependem de seu senhor para garantir seu sustento, isto impõe que o dono do escravo possua meios de produção para aplicar o trabalho do escravo em uma atividade produtiva para lhe oferecer seu sustento, desta forma o produto é todo apropriado pelo senhor.

Em virtude desta divisão social do trabalho os pensadores desta época vêem no trabalho uma atividade indigna de ser realizada pelo homem livre, pensam que a verdadeira finalidade do homem é o desenvolvimento de sua capacidade intelectual e política. DENIS (1982) observa que apesar de não haver uma discussão econômica especificamente voltada à divisão do trabalho, Platão um dos autores mais influentes desta época, dá início a esta discussão enfatizando a justiça social, a produção de bens, o trabalho, o comércio e a propriedade privada, sob o regime escravo de forma que através de seu pensamento pode-se identificar se existe alguma preocupação com desemprego nesta fase.

2.1.1 O Pensamento de Platão

Platão conhecido por contestar a realidade política e social da época, também era partidário da idéia de que ao homem cabe apenas desenvolver a sua capacidade mental logo o trabalho é indigno do ser humano, porém reconhece que o trabalho serve para satisfazer necessidades da vida humana e por isso deve haver uma divisão justa do trabalho para que todos possam desenvolver sua capacidade intelectual, exceto escravos. A época em que Platão escreve está sujeita a uma realidade que compreendia uma divisão injusta do trabalho, e por isto DENIS (1892) o descreve como um filósofo pregador da igualdade entre os homens que defende que a organização econômica é um instrumento para salvação de almas, em sua obra A República trata de problemas políticos e econômicos, defendendo a construção de uma sociedade justa onde todos devem ter uma função social e participar da divisão do trabalho.

Em A Republica, Platão descreve uma cidade com uma sociedade dividida em três classes acima da classe dos escravos, os Reis-filósofos que tinham a função de governar, os guardiões responsáveis pela segurança da cidade, e a classe dos artesões que se encarregavam de produzir os bens necessários à sobrevivência da população. Nesta cidade perfeita não deveria haver propriedade privada, a

educação das crianças deveria ser um dever do Estado, e também as cidades deveriam manter um número limitado de habitantes, quando este número fosse ultrapassado, os habitantes deveriam migrar e construir novas cidades. Quando todos estes requisitos fossem atendidos a cidade seria justa, porque para Platão o sinônimo de Justiça social é uma sociedade onde todos tenham uma função participativa na política e principalmente na economia. PLATÃO¹ citado por DENIS (1982, p.29) afirma:

A sociedade é um agrupamento de indivíduos que encontram vantagem em viver em conjunto, porque isto lhes permite dividirem entre si as tarefas e especializarem-se cada vez mais no exercício de uma atividade determinada. Assim aparecem os diferentes ofícios, depois o comércio interno e externo; o gosto do luxo desenvolve-se bem como os meios de o satisfazer...

Do pensamento idealista de Platão é relevante notar sua preocupação com a justa divisão do trabalho o que implica na existência de uma organização social onde existe a divisão da sociedade em classes e todas elas com igual valor e importância para a economia. Ao propor que em uma sociedade justa, todos devem exercer uma função igualmente importante tanto nas atividades econômicas como na política Platão está abolindo a exclusão social estendendo o trabalho como uma obrigação e um direito para todos os cidadãos. A proposta de Platão em limitar crescimento populacional das cidades mantendo para todas elas o mesmo número de habitantes deixa claro sua intenção em evitar qualquer ociosidade, ou seja, pessoas se encontrarem fora da divisão do trabalho, excluídos da vida econômica e política afastando a cidade da justiça social.

Conclui-se que Platão estava preocupado com a divisão do trabalho como forma condicionante para a justiça social, ele não trata especificamente do desemprego apenas oferece uma visão de sua opinião sobre o trabalho e como poderia vir a surgir o desemprego. Para ele o trabalho deve ser escravo, mas as outras classes da sociedade também devem participar da produção de bens necessários a sobrevivência da cidade. Portanto participar da divisão do trabalho é um direito e uma necessidade para todos o que conduz á justiça social, não há nenhuma justificativa de Platão a respeito do desemprego porque a organização do trabalho no modo de produção escravo não permite que seu pensamento avance

¹ PLATÃO, A REPÚBLICA.

nesta área. Porém existe uma preocupação em afirmar que a participação na atividade econômica com direitos iguais para todas as classes da sociedade é razão da justiça social, logo para Platão a prática da injustiça social seria a causa futura do desemprego porque esta exclui as pessoas da justa divisão social do trabalho.

2.2 O TRABALHO E O DESEMPREGO NO MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

O processo de dominação romana iniciado por volta do século IX a.C. resultou na queda da civilização helênica promovendo o declínio do pensamento grego e a formação do império Romano depois de seguidas guerras civis. Com a formação do Império Romano houve um deslocamento do centro das atividades econômicas para as cidades italianas, a base produtiva do Império continuava sendo o trabalho escravo, o Império tinha governo centralizado onde se preservava a conservação do poder político aristocrático. DENIS (1982) explica que entre os romanos surgem três correntes de pensamento que irão rediscutir o papel do trabalho e da organização da sociedade, estas correntes são o Epicurismo, o Estoicismo e o Cristianismo.

O Epicurismo e o Estoicismo são correntes que irão tratar de forma mais intensa do materialismo e do individualismo. O Epicurismo irá afirmar que o homem deve se afastar de toda atividade política e das questões sociais e que somente cabe ao homem buscar e viver o prazer, ao passo que o Estoicismo irá defender o mesmo materialismo, mas os estóicos irão contestar Platão no que diz respeito a tese de justiça social, que pressupõe divisão do trabalho e igualdade entre as classes, e irão lançar a idéia do direito natural.

Conforme DENIS (1982) entre os estóicos é Cícero das Leis quem mais irá tratar da idéia de direito natural, este reconhece que para alguns é de direito desfrutar o prazer e a propriedade constituindo um direito natural. Os que desfrutam do direito natural são seres superiores, ao passo que outros homens têm a natureza servil e precisam se ocupar dos trabalhos manuais. Estende com isto a idéia de que o trabalho é resultado de uma divisão de classes onde aos que possuem propriedades é de direito desfrutar delas e aos que não as possuem o trabalho torna-se uma obrigação, e estes indivíduos que possuem natureza servil deverão estar sempre a disposição dos seus superiores para oferecer seu trabalho.

Após a formação do Império Romano os pensadores não mudam a visão de que o trabalho deve ser escravo, o modo de produção continua sendo o escravo e este permanece até a queda deste Império. ANDERSON (1994) explica que Roma tendo conquistado várias cidades, promove crescimento na acumulação econômica porque a guerra gera tributos, escravo e terras, fatores que alimentavam a guerra. Mas apesar das conquistas, Roma não impõe sua cultura às terras dominadas, logo os sistemas de trabalho não eram alterados. Entre os séculos I e II, reduzem-se o número de escravos e o preço para manter a produção com base no trabalho escravo torna-se muito elevado tornando o trabalho relativamente estagnado, pois nem o comércio nem a manufatura poderiam se desenvolver com o problema da produção que ocorria no campo pela falta de escravos.

Para PETTA e OJEDA (2003) a redução no número de escravo faz com que uma crise se instale no modo de produção escravo, os custos de produção e os custos de transportes se tornavam elevados, o mercado consumidor para o desenvolvimento do comércio era restrito. Esta crise dá início ao processo de declínio do Império Romano e muitas terras começam a ser abandonadas e escravos libertos. O início do declínio do Império Romano e do modo de produção escravo faz com que haja uma mudança na visão da natureza do trabalho e como este deve ser praticado, é neste período que surge o Cristianismo.

O Cristianismo foi a mais importante entre as correntes surgidas após a dominação romana porque ela propiciou a introdução do trabalho em sua forma servil. Ela provocou verdadeira revolução na maneira dos filósofos e das pessoas de modo geral tratarem o trabalho, a organização econômica.

Cristo trabalhou por toda sua vida e em suas pregações sempre enalteceu o trabalho como sendo instrumento de purificação para o pecado, ele também defendia que o homem deveria amar servidão se conformar com o trabalho e com sua condição social, pois sua recompensa viria dos céus, e assim "... o pesado trabalho agrícola adquiria a dignidade do culto divino..." (ANDERSON, 1994, p. 129).

Desta forma a doutrina cristã institui o trabalho como uma atividade nobre e faz com os indivíduos aceitem o trabalho de maneira a ganhar seu sustento, pregando a aceitação pela servidão através da fé, lançando as bases ideológicas, para a passagem do modo de produção escravo para o Feudal onde o trabalho deixa de ser uma atividade indigna e passa a ser valorizado através da aceitação

pela servidão. Isto ocorre porque o cristianismo desvincula o trabalho da imagem do escravo visto como ser inferior e institui o trabalho como uma qualidade que passa a ser uma obrigação moral entre os homens.

As bases do pensamento Cristão propiciaram a introdução do Feudalismo quando as invasões Germânicas promovem à queda do Império Romano que foi dividido em dois: o Império Romano de Ocidente e o Império Romano do Oriente. Com as invasões e a divisão do Império as terras são divididas em vários reinos, o trabalho volta-se para o campo, as pessoas passam a aceitar a trabalhar para os Reis em troca de proteção e criam um vínculo com a terra, surge a servidão e se forma o modo Feudal de produção.

O modo Feudal desenvolve-se paralelamente à formação da igreja católica, isto influi na nova divisão da sociedade que apresenta três classes: o Clero, os Senhores Feudais e os Servos. O trabalho neste sistema era realizado pelos servos que cultivavam as terras dos senhores, em forma de pagamento pelo abrigo e pela pequena extensão de terra que os senhores concediam em sua propriedade para que retirassem o sustento da sua família. Os servos além de trabalharem para os senhores pagavam imposto para sustentar a igreja, de forma que a classe servil sustentava as outras duas classes. A produção dos feudos não apresentava grande excedente de forma que o comércio era pouco utilizado entre eles.

No Feudalismo a igreja se tornou politicamente forte e passou a ser uma peça fundamental nas decisões do Estado e da economia, de forma que o pensamento econômico se concentrou em autores de formação clerical. DENIS (1982) mostra que entre os Escolásticos, Santo Agostinho e São Tomas de Aquino são os grandes expoentes desta fase, eles irão dar continuidade às idéias de Platão e afirmar a importância dos ensinamentos cristãos.

DENIS (1982) mostra que Agostinho irá prosseguir as idéias de Platão, ele escreve um livro chamado *A cidade de Deus* que segue a mesma linha da obra *A República* de Platão onde trata principalmente da organização da sociedade acrescentando a idéia de que acima de tudo o homem deve trabalhar e amar a servidão, pois sua recompensa virá dos céus. Aquino irá escrever sobre a usura e a aceitação da propriedade privada. Santo Agostinho e São Tomas de Aquino são autores contemporâneos ao feudalismo e por isto promovem um enaltecimento da

servidão e da aceitação do trabalho como fonte de purificação dos pecados, mesmo que este período tenha sido marcado por grande pobreza dos camponeses.

A queda da escravidão e a introdução do feudalismo foram beneficiadas pela introdução dos valores cristãos na sociedade, porque ela introduz uma ideologia que dignifica o trabalho e aceitação da servidão e do vínculo com a terra. No Feudalismo não se encontra desemprego, este modo surge em função de uma escassez de mão-de-obra, e nele existe a questão do vínculo com a terra o que faz com que a mão-de-obra, no geral, se encontre alocada em um emprego. Mas a introdução deste sistema abre o caminho de uma relação de dependência entre a vida do homem e o trabalho, os homens neste período aceitam o trabalho não apenas pela imposição econômica, surge uma imposição religiosa ligada a moral, de forma que não haverá mais vida sem trabalho tanto no que se refere a participação na economia como na religião.

2.3 MERCANTILISMO: TRANSIÇÃO AO CAPITALISMO

2.3.1 O Contexto Histórico em que se Implantou o Capitalismo

O modo de produção feudal que se instalou na Europa, por volta do séc. III d.C. tinha como principais características a presença de grandes propriedades isoladas entre si. A produção dos bens tratava-se de uma economia de subsistência onde cada feudo produzia tudo ou quase tudo o que lhe era necessário e o pouco excedente era trocado com outros feudos em pequenas feiras, assim a atividade comercial era pouco relevante à economia Feudal.

HUBERMAN (1959) afirma que o comércio traz novidades para a vida das pessoas proporcionando-lhes novos prazeres, para alguns traz elevados lucros e uma oportunidade de ascensão econômica, estas razões motivam a expansão do comércio e dão impulso para seu desenvolvimento. Este impulso ocorre principalmente através das Cruzadas que permitem a divulgação e o conhecimento de novas mercadorias vindas de toda a Europa e Oriente Médio.

O crescimento do comércio aumenta os lucros dos mercadores que passam a enriquecer de forma mais rápida e acumular capital, o processo de acumulação tem início porque os lucros passam a ser reinvestidos. O enriquecimento dos mercadores

e o surgimento do capital dão origem a uma nova classe na sociedade, a Burguesia, que passou a fazer uso do seu dinheiro para aumentar seu peso político e influenciar o Estado nas decisões em seu favor.

O surgimento da burguesia como classe comandante nas decisões políticas e em paralelo ao crescimento do comércio fazem com que se monte um novo cenário econômico onde o modo de produção feudal passa declinar dando início ao processo de introdução do modo de produção capitalista. No intervalo de tempo em que ocorre a transição dos modos de produção houve grande debate político e econômico devido à introdução do trabalho assalariado como base da produção e importância crescente da indústria manufatureira aliada à expansão do comércio este período ficou conhecido como Mercantilismo.

Na antiga economia feudal a produção era para a subsistência, ao contrário a expansão do comércio exigia uma produção específica para a venda, mas a expansão da indústria manufatureira estava sujeita a transformação do trabalho em trabalho assalariado. O surgimento do capitalismo ocorre paralelo ao desenvolvimento das idéias mercantilistas, apesar do novo modo de produção ainda não estar consolidado este já apresenta um grande volume de capital acumulado vindo principalmente do comércio constituindo um capital comercial.

Este capital comercial cria bases para a consolidação do capitalismo como modo de produção porque passa a ser investido na indústria fazendo crescer a importância da mão-de-obra assalariada bem como a sua oferta, já que eram poucos os trabalhadores que estavam aptos a trabalhar na indústria e também muitos se negavam a deixar as terras dos antigos senhores porque mesmo com a pobreza em que viviam eles tinham como produzir podendo optar ou não pelo trabalho assalariado.

O trabalho assalariado torna-se base da produção e o capital passa a ser acumulado não apenas em função do comércio, mas também como resultado da produção na indústria, este estreitamento entre as relações do trabalho assalariado e o capital faz com que surjam teorias diretamente ligadas à questão do emprego, que se torna fator central do desenvolvimento do capitalismo tanto na indústria como no comércio, pois a insuficiência de uma oferta de trabalhadores poderia provocar uma freada no aparecimento do capitalismo.

Segundo DENIS (1982), entre os séculos XIV e XV a.C. o desenvolvimento comercial puxa consigo o desenvolvimento da indústria manufatureira, paralelamente observa-se a formação da classe capitalista que era composta por banqueiros, mercadores. Neste período ocorrem o surgimento de novas cidades, o desenvolvimento da marinha, da astronomia, a invenção do telescópio e a descoberta de novas rotas marítimas proporcionaram uma intensificação do comércio e com ele a descoberta de novas terras as Américas, onde podia se encontrar ouro e prata em abundância. A entrada de ouro e prata em grandes quantidades na Europa provoca uma nova crise social desconhecida pela economia: a alta de preços, que ocorria em função do grande volume de ouro e prata que vinha das Américas.

Em conjunto com este surto inflacionário ocorre um fenômeno que foi fundamental para a consolidação do trabalho assalariado, no feudalismo os homens dispunham dos meios de produção e poderiam optar ou não pelo trabalho assalariado, mas para implantar o capitalismo é preciso que exista uma oferta excedente de mão-de-obra afastada dos meios de produção, porque esta classe irá fazer com que os salários sejam baixos acelerando o processo de acumulação de modo que o surgimento do capitalismo cria necessariamente uma classe ociosa para que o processo de acumulação tenha vitalidade.

O meio encontrado para a formação de uma oferta de mão-de-obra excedente foi a aplicação de capitais na agricultura, a burguesia compra as terras mistura-se à nobreza e muda o modo de exploração, promovem os cercamentos e expulsam os trabalhadores das terras que sem opção tornam-se assalariados. Uma grande parte desta população não consegue emprego imediatamente tornando-se desempregados. Esta época é marcada por um grande conflito de interesses entre as classes da sociedade, nela ocorre as primeiras greves e os primeiros motins, pois os trabalhadores não aceitaram facilmente a idéia de se submeter ao trabalho assalariado porque temem perder a posse dos meios de produção ficando a mercê de uma demanda externa ao seu trabalho. Mesmo com a pobreza no feudalismo eles podiam trabalhar ao passo que no capitalismo o trabalho se torna emprego e não depende especificamente de cada trabalhador, é uma função do ritmo do processo de acumulação.

2.3.2 As Idéias Mercantilistas

A formação do trabalho assalariado trouxe conflitos e crises para os trabalhadores que começam a encarar uma nova dinâmica de trabalho. Já no início do capitalismo apresenta como características crises e problemas especificamente econômicos como o desemprego e a inflação apontando que a economia precisava de um tratamento direcionado e de sua própria ciência. Neste período surgem as idéias Mercantilistas que vão tentar explicar como a importância do crescimento da indústria manufatureira, do trabalho assalariado e do comércio irão influenciar no desenvolvimento da riqueza no sentido de corrigir e impedir que surjam crises no seio da economia.

No período Mercantilista a principal característica é um intenso estímulo à atividade comercial, os pensadores da época começam a se questionar sobre os fatores que estimulam o comércio e aceleraram o processo de enriquecimento. Os principais fatores apontados eram a intervenção Estado na economia a fim de proteger o comércio local, e a relação de crescimento existente entre o comércio e a expansão da indústria manufatureira.

DENIS (1982) afirma que a doutrina mercantilista nasce em um período em que são fortes as tensões para a reforma religiosa em paralelo ao movimento intelectual Renascentista que pregava que o Estado deveria ser forte e absoluto. A doutrina Mercantilista exalta o valor do Estado, e contempla à riqueza como valor absoluto por isso o Estado deve acrescentar a sua força para favorecer o enriquecimento dos cidadãos. Os mercantilistas irão defender que a prosperidade do comércio está em função de um Estado forte politicamente. Os principais nomes da doutrina Mercantilista foram: John Hales, Antoine de Montchrestien, Ortiz, Botero, Barthélemy Laffemas, Thomas Mun, William Petty, Mandeville. Estes autores irão formular as primeiras noções teóricas a respeito da economia como uma política social específica.

Os Mercantilistas irão se preocupar em analisar a economia na época de implantação do capitalismo, onde o desenvolvimento da riqueza baseava-se na empresa privada, agrícola e comercial. Os lucros do comércio consistem na diferença do preço de venda e do preço de compra e por isso para aumentar os

lucros é necessário conquistar novos mercados longínquos o que leva ao desenvolvimento do capitalismo, mas para isto é necessário o apoio do Estado.

A busca da riqueza é o fim proposto pelos Mercantilistas para a vida social, e a riqueza provém dos lucros dos mercadores que, se reinvestidos, geram novos lucros. Para que os mercadores reinvestam seus lucros é necessário um bom desenvolvimento das exportações e da indústria manufatureira, mas para que isto seja possível é necessário que haja um grande número de homens no mercado de trabalho e um grande volume de dinheiro em circulação, estes são os dois fundamentos básicos da teoria mercantilista populacionismo e metalismo.

Os Mercantilistas dizem que o aumento da população favorece a oferta de mão-de-obra, o crescimento da indústria e do comércio e aumenta os lucros dos mercadores. Em um círculo vicioso, esta reação em cadeia irá ter como consequência o aumento do poder do Estado e irá permitir que os custos de produção para os industriais não aumentem logo: quanto mais pessoas houver menores serão os salários. HALES² citado por DENIS (1982, p.100) afirma que a todos deve ser dada a esperança de enriquecer e por isto todos devem ter uma ocupação para que se mantenha a paz social. Ao mesmo tempo MONTCHRESTIEM³ citado por DENIS (1982, p. 103) afirma que a melhor maneira de fazer os súditos manterem-se obedientes é dar-lhes a esperança de enriquecer, porque todos buscarão o trabalho e não haverá nenhuma ociosidade no Estado.

Os Mercantilistas são defensores de um grande número de moeda em circulação para que se facilite o financiamento da indústria e do comércio aumentando assim o emprego e os lucros. Porém não basta haver um grande número de moeda em circulação está moeda também tem que ser boa, ou seja, deve haver ouro e prata suficientes para garantir o valor desta moeda por isto defendem que o Estado em defesa do seu poder político deverá manter suas reservas de ouro e prata e evitar ao máximo a saída de metais preciosos do país para outras nações.

Esta é a doutrina Mercantilista ela constitui o primeiro esboço de uma teoria econômica destinada a explicar o dinamismo da reprodução no capitalismo, nela nota-se que os autores identificam o investimento como fator motor da atividade

² HALES, J. Discurso sobre a prosperidade pública deste reino da Inglaterra, 1581.

³ MONTCHRESTIEN, A. Tratado da Economia Política, 1616.

comercial principalmente quando reconhece a importância do reinvestimento dos lucros dos comerciantes sendo capaz de gerar emprego e crescimento econômico, e da presença de um Estado forte politicamente para garantir o bom desempenho da economia.

A questão do desemprego é identificada pela primeira vez como uma preocupação direta. Para os mercantilistas é inadmissível a presença de qualquer ociosidade entre trabalhadores já que a todos deve ser dada a esperança de enriquecer, por isso há um estímulo ao trabalho e ao aumento do emprego. A presença do emprego está sujeita a uma “Harmonia” entre os agentes. É necessário que todos os principais agentes da economia estejam em harmonia de funcionamento. O Estado deve proteger o comércio e estimular a indústria manufatureira ao passo que os comerciantes e os industriais devem reinvestir seus lucros promovendo aumento do emprego e aos trabalhadores cabe o papel de vender sua força de trabalho e se reproduzir em larga escala para que o nível de emprego e atividade seja mantido.

Desta forma cabe afirmar que para os Mercantilistas a causa do desemprego seria uma falta de harmonia entre os agentes que promove um desvio de objetivos, onde o Estado deixa de ser forte politicamente e deixa sair ouro e prata em grande quantidade do país. Ou a população se desvia do objetivo de enriquecer e deixa de se oferecer como força de trabalho e reproduzir-se em larga escala, ou os comerciantes e industriais deixam de investir e de gerar novos empregos. A abordagem mercantilista com relação ao desemprego pode ser interpretada como sendo resultado de falhas de comportamento e desvios de objetivos que irão gerar ociosidade no emprego do capital na economia.

2.4 FISIOCRACIA: A TERRA COMO FONTE DE EMPREGO

A Fisiocracia foi uma corrente de pensamento cuja característica mais marcante foi a crítica ao mercantilismo, valorizando a agricultura como única atividade capaz de criar coisas novas e fazer a economia girar de forma que se mantenha o nível de atividade e de lucratividade, os fisiocratas consideravam o trabalho na indústria e no comércio uma atividade estéril incapaz de gerar valor, defendiam também que qualquer impedimento ao livre funcionamento dos mercados

era sinônimo de impedimento ao bom desempenho da economia. Os fisiocratas são, por esta razão, os primeiros defensores do liberalismo econômico.

O grupo fisiocrata era formado principalmente por François Quesnay, Turgot, o Marquês de Mirabeau, Du pont de Nemours entre outros. Dentre eles o principal era Quesnay que era médico e pertenceu a uma família de agricultores e por isto estava intimamente ligado às questões da terra.

DENIS (1982) descreve Quesnay como alguém que via a economia como uma ciência exata que não depende em nenhum grau do domínio da moral, para ele na economia todos os objetos produzidos e trocados têm preço calculado por isto na economia tudo é passível de ser calculado é, portanto, uma ciência exata de ordem natural. A ordem natural irá garantir fortunas e propriedades a uns e a outros não, logo a propriedade privada deverá ser respeitada e a diferença de fortunas entre os homens deverá ser admitida já que constituem “Direitos Naturais” frutos do que o trabalho individual de cada um é capaz de alcançar, portanto resultam do funcionamento do sistema.

A contribuição mais importante para a economia de Quesnay foi a descrição do funcionamento da economia como um ciclo de auto-regulação, em sua obra o Quadro Econômico, de 1758, no qual levanta conceitos de renda nacional, produto líquido, capital fixo e capital circulante. Neste quadro demonstra o fluxo da economia, a atividade econômica está nas mãos dos detentores do capital que fazem adiantamentos e consomem lucro. É necessário adiantar, ou seja, investir em terras melhores para conseguir com isto maiores rendas e maiores lucros. Tal resultado de investimento não é possível obter com o mesmo investimento em atividades que não estejam ligadas à agricultura, ou seja, o comércio e a indústria não são capazes de gerar valor e impulsionar o fluxo de capital, e por isto são atividades consideradas estéreis para a economia.

O salário para Quesnay é uma questão secundária, diz ele que o salário deve ser mínimo para garantir a subsistência dos trabalhadores porque isto irá livrar os proprietários de terras das preocupações com os operários, à medida que sobem os preços dos alimentos, sobem também os salários. Quesnay deseja elevar o nível de renda dos proprietários de terras por isto defende que os preços dos cereais devem ser mantidos elevados e que não deve haver impedimentos ao comércio por isto as restrições devem ser retiradas quanto ao comércio dos cereais, que prejudica os

proprietários dificultando a venda da produção podendo impedir a reposição do capital para o ano seguinte impondo dificuldades para os adiantamentos do novo ciclo. Não havendo adiantamentos na agricultura todo o ciclo será prejudicado já que, para Quesnay, o capital começa a circular na agricultura e depois migra para suprir os outros setores.

O protecionismo dos mercantilistas deve ser extinto a fim de manter altas as rendas dos proprietários e para que haja uma maximização dos lucros individuais garantindo novos adiantamentos para que se mantenha o nível de atividade da economia. Por isto o “Laissez-faire” no comércio deve ser assegurado pelo Estado e todas as taxas devem ser trocadas por uma taxa única, e os monopólios comerciais devem ser derrubados.

A mais importante contribuição da Fisiocracia, segundo SANDRONI (1994) foi o deslocamento da análise da atividade econômica já que os mercantilistas se dedicavam a análise do comércio enquanto os fisiocratas tratam da análise da produção, apesar de considerarem a indústria assim como o comércio atividades estéreis, eles têm o mérito de notar que a produção inicia através de adiantamentos e que o capital circula na economia.

Nota-se que para os fisiocratas o nível de atividade econômica depende do montante de capital que será investido ou adiantado pelos proprietários de terra. Promovem um deslocamento do foco de análise dos mercantilistas, passando a atribuir o nível de atividade econômica ao capital aplicado na produção, assim sendo os desvios da atividade econômica passam a depender do capital empregado na produção. Desta forma todo o nível de atividade e de emprego passa a depender diretamente da aplicação de capital na atividade agrícola: “Os adiantamentos da agricultura de um reino devem ser encarados como um imóvel que é preciso conservar preciosamente para a produção de imposto do rendimento e da subsistência de todas as classes de cidadãos...” (KUNTZ 1984, p.168).

Desta forma a causa do desemprego na análise fisiocrata - apesar de não haver uma análise direta do caso - surgiria como resultado da ausência de investimentos na produção agrícola porque o capital deixaria de circular entre os outros setores da economia provocando queda no nível de atividade baixando o número de empregos não só na agricultura, mas também para os outros setores da economia.

A demanda por mão-de-obra estaria então prejudicada frente à falta de investimentos na agricultura, isto ocorre em função das restrições ao comércio que geram prejuízos para os proprietários de terra, de forma que estes teriam menores lucros e não poderiam realizar novos investimentos no cultivo de terras. Isto faz com que um menor volume de capital entre na produção, fazendo com que uma menor quantidade de mão-de-obra seja demandada, não só na agricultura já que os outros setores da economia dependem do capital que começa a circular na agricultura fazendo com que o nível de atividade, e por consequência emprego, reduza também nos outros setores da economia.

A análise fisiocrata não considera o emprego e o valor gerado pelo comércio e pela indústria pelo fato de considerar estas atividades estéreis e por isso deixa de analisar a geração de emprego vindo dos adiantamentos que são realizados nestas atividades, porém deve-se considerar que a principal variável lançada por eles na análise conjuntural do comportamento da economia é o investimento como fator central para garantir a eficiência do ciclo econômico e impedir que haja desemprego.

2.5 CONCLUSÃO DA FASE PRÉ-CAPITALISTA

Durante o Modo de Produção Escravo não há preocupação e não há diagnóstico do desemprego, a divisão do trabalho neste modo não permite caracterizar o problema visto que toda base produtiva se baseia na mão-de-obra escrava. No entanto Platão não concorda com a divisão do trabalho desta época, e por isso defende que os trabalhos e as funções devem ser divididos de forma que cada um exerça uma atividade de igual importância para a sociedade resultando na justiça social. Todo aquele que for excluído da divisão do trabalho está fora da justiça social e apesar de não existir desemprego nesta fase pode-se afirmar que para Platão o que causaria desemprego seria a injustiça social.

No Feudalismo também se constata que não existe desemprego, a base produtiva deste modo era a servidão, todas as pessoas trabalhavam em função do vínculo com a terra. Nesta fase o pensamento econômico volta-se para a formação de uma nova visão do trabalho na sociedade. No modo escravo o trabalho consistia apenas na atividade dos escravos, seres inferiores, para introduzir e expandir o Feudalismo foi necessário introduzir uma ideologia que atribuísse ao trabalho um

caráter de mérito. O Cristianismo torna propícia a introdução do Feudalismo graças à exultação que promove ao trabalho e a servidão como fontes de salvação contribuindo para a formação da mão-de-obra necessária. Esta mudança com relação ao trabalho é relevante porque promove a aceitação do trabalho e o impõe como forma de obrigação moral e econômica o que propicia futuramente a implantação do capitalismo.

Na fase Mercantilista a expansão do comércio puxa a expansão da indústria manufatureira, de forma que se torna necessário a formação da mão-de-obra assalariada. A formação desta mão-de-obra ocorreu por meio da separação do homem dos meios de produção, com os cercamentos, o que impôs a necessidade dos homens se submeterem como força de trabalho. A introdução do Capitalismo nesta fase faz com que mude a dinâmica do mercado de trabalho, os trabalhadores que antes tinham a terra como meio de produção, passam a depender das condições de expansão da indústria e do comércio para conseguir trabalho. Esta dependência faz surgir a preocupação com o desemprego.

No período Mercantilista é onde se pode encontrar pela primeira vez uma preocupação e um diagnóstico, na teoria econômica, ainda que superficial sobre o desemprego. Tanto Mercantilistas como Fisiocratas mostram uma preocupação em manter o nível da atividade econômica por meio do investimento, a diferença é que os mercantilistas vêem o desemprego como resultado de uma desarmonia de interesses entre o Estado, industriais, comerciantes e classe trabalhadora promovendo queda dos investimentos. Os fisiocratas vêem o desemprego como fruto de uma queda nos investimentos da agricultura em função das restrições comerciais. Esta queda de investimentos promove redução do nível de atividade visto que se o capital não for investido na agricultura não haverá circulação para os outros setores da economia, gerando desemprego.

Conclui-se que na fase Pré-capitalista entre os períodos dos modos de produção Escravo e Feudal, não há preocupação específica com o desemprego por parte dos autores porque ele não representa um problema para o funcionamento da economia, visto que a divisão do trabalho durante estes modos não permitia caracterizar o problema. Com a transição para o capitalismo na fase mercantilista desenvolvesse uma relação de dependência entre classe trabalhadora e o mercado de trabalho através da submissão da mão-de-obra em mão-de-obra assalariada, o

que faz com que surjam as primeiras teorias diretamente relacionadas às causas do desemprego.

3. FASE CAPITALISTA

A fase capitalista, nesta monografia, compreende o período em que se inicia a Revolução Industrial com o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção dominante, até o desenvolvimento da Grande Depressão. O objetivo do estudo desta fase é identificar através da evolução da teoria econômica como o desemprego se desenvolve, quais são as suas principais causas e como este problema se instala no modo de produção capitalista passando a constituir uma constante preocupação.

O estudo desta fase incorpora as teorias sobre desemprego da escola clássica - representada por Adam Smith, David Ricardo, e Thomas R. Malthus – de Karl Marx, da escola Neoclássica e por último a teoria de John M. Keynes.

3.1 A ESCOLA CLÁSSICA

A escola Clássica iniciou-se logo após a Revolução Industrial, suas características mais marcantes são a defesa do liberalismo e a criação da teoria do valor trabalho. Esta escola é formada por vários economistas que deram importantes contribuições para a formação da ciência econômica. Os autores clássicos aqui considerados como os mais relevantes a serem estudados a respeito da análise do desemprego são: Adam Smith, David Ricardo e Thomas Robert Malthus.

3.1.1 A Teoria do Desemprego de Adam Smith

O período entre a metade do século XVII até o século XVIII d.C. marca o início de uma revolução no modo de produção, o comércio havia se expandido e puxou a expansão indústria manufatureira que nesta época já havia lançado bases para sua produção através da submissão da mão-de-obra assalariada, fazendo com que o capital passasse a ser acumulado em grande escala na indústria marcando a consolidação do modo de produção puramente capitalista. O processo de acumulação já havia iniciado através da acumulação do capital comercial, e toma novo vigor com o crescimento da acumulação na indústria graças à exploração da força de trabalho.

HUBERMAN (1959) afirma que o modo de produzir se altera graças à acumulação do capital, principalmente na Inglaterra podendo citar este país como um expoente de acumulação de capital vindo do comércio e que possuíam conhecimento de técnicas de produção e inovações que abriram caminho e fizeram com que ocorresse a primeira grande Revolução Industrial. Este período em que se inicia a Revolução Industrial apresenta grande prosperidade e expansão do emprego para as nações que implantam o modo de produção capitalista principalmente na Inglaterra berço desta Revolução.

Nesta época, a discussão econômica situa-se em torno das causas que fazem com que este novo modo de produzir seja capaz de elevar brutalmente o capital acumulado, o emprego e a riqueza. A discussão da economia política será prosseguida pelos economistas clássicos que irão se dedicar a teorizar o funcionamento do capitalismo, apontar as causas do crescimento do emprego e da acumulação, apontar os pontos que poderiam causar estagnação ao processo de acumulação, entre outros.

Adam Smith o primeiro economista clássico que, tendo observado em sua época o início da Revolução Industrial e o crescimento da riqueza dos países capitalistas, se dedicou a estudar as causas do aumento da riqueza das nações. Em 1776 publica o livro intitulado “Investigação sobre as causas da Riqueza das Nações”, onde trata de questões que considera relevantes para a produção capitalista na sua época, como: Produção, acumulação, emprego, comércio, divisão do trabalho, valor, funcionamento dos mercados e determinação dos preços.

A principal causa da Riqueza das Nações é, para SMITH (1981), a divisão do trabalho porque ela permite a especialização do trabalho, economia de tempo e a inclusão de equipamentos que aceleram o processo de produção, aumentando o número de mercadorias produzidas. A divisão do trabalho surge através da tendência que os indivíduos tem em trocar já que é impossível ao ser humano ser auto-suficiente, e produzir tudo que necessita por isto existem diferentes vocações. O limite para a divisão do trabalho é a extensão do mercado porque só se produz o que será consumido.

As trocas das mercadorias se regulam pelo valor, que é determinado pela quantidade de trabalho que cada mercadoria exige para sua produção. O valor trabalho é também uma medida de emprego, pois se o valor de uma mercadoria

depende do trabalho que está pode encomendar medido através do pagamento dos salários, o valor bruto da produção será resultado do número de empregados presentes na produção.

O pensamento de Smith é muito influenciado pela Revolução Industrial, que provocou um crescimento absoluto da acumulação através do aumento da produção na indústria gerando aumento da riqueza para as nações capitalistas. Por isto sua conclusão é que o progresso da indústria é vantajoso para todas as nações de forma que o investimento do capital na indústria constitui um investimento produtivo do capital responsável pelo aumento do emprego. Smith não trata do desemprego como um problema porque o momento de sua análise é um momento de crescimento da indústria e do emprego, mas é relevante dizer que ele aborda o aumento do emprego e da demanda por mão-de-obra oferecendo sua contribuição para a análise do desemprego, (SMITH, 1981, p.47):

A demanda por assalariados, portanto, aumenta juntamente com a renda, e com o capital, em todo o país, e possivelmente não poderia aumentar sem este. O aumento do rendimento do capital é o aumento da riqueza nacional. A demanda de assalariados, portanto, aumenta juntamente com a riqueza nacional, e possivelmente não pode aumentar sem ela.

A afirmação de Smith mostra que, para ele, o emprego é uma função do investimento produtivo do capital na indústria, assim a ausência deste investimento gera desemprego ou uma parada no crescimento da demanda por mão-de-obra. O principal motivo apontado por Smith para a falta de investimento produtivo é o protecionismo e o absolutismo que impõem restrições a importar e a exportar causando desestímulo ao investimento. Para ele o liberalismo econômico é capaz de contribuir fortemente para o aumento do emprego ao passo que as restrições ao comércio desviam o emprego produtivo do capital para áreas em que a produção de uma nação, ou indústria, não são eficientes resultando em um investimento onde os retornos não são satisfatórios gerando desemprego.

Smith, em 1776, traçou o funcionamento deste novo modo de produção, influenciado pela Revolução Industrial, condicionou o aumento da oferta de mão-de-obra ao emprego produtivo da capital na indústria, e afirmou a importância do liberalismo econômico para tornar este investimento mais eficiente. Assim sendo, a falta do emprego produtivo do capital para o processo de acumulação e do crescimento da indústria, ao passo que a ausência do liberalismo econômico desvia

o investimento do capital para ramos onde não há vantagens de produção exigindo emprego de capital em áreas menos produtivas que não oferecem retornos satisfatórios. Desta forma pode-se afirmar que a principal causa de desemprego na visão de Smith seria a ausência do investimento do capital e a ausência do liberalismo econômico.

3.1.2 As Conseqüências da Revolução Industrial

Smith foi quem primeiro notou a expansão da riqueza no capitalismo, sua obra escrita em 1776 indicava o início de um período em que as forças produtivas tomariam novo rumo, ou seja, descrevia a forma pela qual a acumulação do capital tomava impulso através da divisão do trabalho dando vida a Revolução Industrial.

Este movimento promoveu uma alteração no modo de produção e no aumento da riqueza, introduzindo de forma definitiva as características inerentes ao modo de produção capitalista, como: Crescimento da riqueza de forma acelerada com concentração desta riqueza nas mãos dos detentores dos meios de produção, avanço tecnológico, e empobrecimento da classe trabalhadora combinado ao desemprego, o que aprofundou a luta de classes na sociedade.

Em apenas trinta anos os efeitos da Revolução Industrial tornaram necessário o surgimento de uma nova análise econômica do modo de produção e das causas de desemprego, já que a análise de Smith tratava de uma economia de crescimento que teria como conseqüência o aumento da riqueza e do emprego para toda a sociedade, fato que não se verificava.

Segundo HUBERMAN (1959), o movimento da Revolução Industrial teve início na Inglaterra e por isso suas conseqüências mais fortes podem ser notadas primeiramente neste país. Nele surgem as primeiras máquinas destinadas a produção de tecidos, a introdução das máquinas trazem conseqüências para toda a produção industrial, principalmente a indústria metalúrgica que promove grande transformação motivada pela busca do desenvolvimento do maquinismo.

A introdução da maquinaria causou um aumento absoluto no volume da produção tendo como resultado o barateamento das mercadorias e uma queda no valor trabalho que se refletiu em uma grande redução nos salários. Mas a redução dos salários não foi o único mal causado aos trabalhadores em função da

maquinaria, o ritmo da jornada de trabalho após a Revolução Industrial torna-se intenso e as jornadas de trabalho chegam a alcançar em média 14 horas diárias, mulheres e crianças também passam a ser incorporados na produção e obrigados a trabalhar em ritmo intenso.

HUBERMAN (1959), afirma que o processo de produção não podia parar, havia o interesse em explorá-las de forma intensa já que os capitalistas temiam que novas máquinas surgissem e tornassem as suas máquinas ultrapassadas, o que justificava a intensidade da exploração da força de trabalho e a jornada de trabalho.

A indústria se instala em grande parte nas cidades o que faz com que haja um movimento de migração de trabalhadores para estes locais, muitos deles não encontram condições favoráveis de habitação com baixo salário e péssimas condições de moradia, passando a viver em estado de profunda miséria.

Com a introdução da maquinaria o desemprego começa a surgir, inicialmente com a formação do sistema Fabril, onde a indústria começa a se organizar em fábricas voltadas à produção de tecidos onde as máquinas irão roubar o emprego dos tecelões que comandavam a produção no antigo sistema doméstico. Estes artesões não eram capazes acompanhar o ritmo da indústria e produziam com lentidão e custos maiores por isto não conseguiam enfrentar a concorrência e tinham que abandonar seus ofícios, estes trabalhadores também não eram facilmente alocados nas fábricas porque não se acostumavam ao intenso ritmo de trabalho e não encontravam mais lugar no novo modo de produção.

Outra forma pela qual começa a surgir o desemprego como resultado da introdução da maquinaria é através da substituição humana visto que à medida que o ritmo da acumulação aumentava ocorria um maior esforço por parte dos capitalistas em trocar trabalhadores por máquinas, já que estas eram muito mais rentáveis. De início os investimentos na construção de novas máquinas proporciona uma expansão do emprego mesmo que este pague baixos salários, mas à medida que as máquinas vão se enquadrando em maior escala na produção ocorre uma redução na demanda por trabalhadores que têm sua mão-de-obra substituída pelas máquinas resultando no aumento do desemprego.

Ao se estudar a Revolução Industrial a primeira forma com qual esta é caracterizada é pelo aumento absoluto da produção, da acumulação e da riqueza o que proporcionou a consolidação do Capitalismo. A Revolução industrial alterou o

modo de produção e a estrutura da sociedade ao passo que criou novas classes e com isto novas formas de organização produtivas e sociais.

Esta é apenas uma das faces da Revolução Industrial cabe avaliar os efeitos da outra face - “sombria” - que teve tal revolução. O aumento da riqueza em função do aumento do volume de produção proporcionado pela introdução da maquinaria não se estendeu de forma igual para todas as classes da sociedade, pois a maior parte da riqueza ficava concentrada nas mãos da nova classe capitalista colaborando para o surgimento da oposição de interesses entre a classe capitalista e a classe trabalhadora que passava a empobrecer em função da sua desvantagem.

HUBERMAN (1951) mostra que a pobreza entre os trabalhadores cresceu tanto que os trabalhadores, por volta de 1812, realizaram uma revolta contra as máquinas porque viram que estas eram as responsáveis pela sua miséria, sua fome, a perda de sua liberdade, e de seu desemprego, por isto começaram a quebrar máquinas como forma de se livrar da opressão estas lhes causavam. A revolta contra as máquinas marca um importante ponto da história em que é forte a luta de classes e a presença do desemprego. Os trabalhadores que tendo perdido a posse dos meios de produção, percebem desde o início que estavam sujeitos aos interesses da classe capitalista que procurava sempre que possível substituir mão-de-obra por máquinas para aumentar o ritmo de acumulação. Portanto os trabalhadores estavam sujeitos ao desemprego e a miséria de forma que atribuíam as máquinas sua miséria e o desemprego.

A Revolução Industrial proporcionou ao mundo começar a trilhar o caminho do mundo moderno altamente produtivo e mecanizado em que vivemos hoje. Fez também com que a riqueza se espalhasse para as classes ricas da sociedade, porém teve seu lado sombrio que foi dar início ao processo de degradação da classe trabalhadora com relação à classe mais rica. A empolgação de Smith com a divisão do trabalho e o início da Revolução Industrial justifica-se pelo fato de que Smith não viveu para ver os resultados prejudiciais que este movimento trouxe para a classe trabalhadora.

Os anos que prosseguem a Revolução Industrial são marcados por uma grande intensificação da participação da maquinaria na produção. Produz-se cada vez mais e emprega-se cada vez menos de forma que o desemprego passa a constituir um problema cada vez mais grave na sociedade capitalista já que o

aumento da maquinaria passa a constituir uma tendência. Os próximos autores a serem estudados irão analisar as diferenças da distribuição da riqueza na sociedade e por isto irão dar importante contribuição para a análise do desemprego porque este passa a constituir um problema central para o desenvolvimento das relações de produção no sistema capitalista.

3.1.3 A Teoria do Desemprego de David Ricardo

Entre 1776-1817 seguiu-se o desenvolvimento da Revolução Industrial, neste período também ocorreu uma guerra entre a França e a Inglaterra que gerou grande inflação e desvalorização da moeda em função da alta do preço do ouro na Inglaterra. A revolução e a guerra influenciaram Ricardo a iniciar sua investigação econômica, seu objetivo é tratar das questões que influenciam na formação do valor e do preço e como isto interfere na repartição da produção nacional para as três classes da sociedade: Proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores.

O livro de Ricardo, Princípios de economia Política de 1817, prossegue algumas das discussões iniciadas por Smith e também compartilha de algumas idéias de Malthus seu contemporâneo. A obra de Ricardo constitui uma importante colaboração para se entender os efeitos da Revolução Industrial e suas faces contraditórias, nesta fase desemprego começa a surgir em função das mudanças na composição do valor e da participação da maquinaria na produção.

RICARDO (1982) inicia a partir da análise do valor trabalho de Smith, que diz que o valor é determinado pela quantidade de trabalho que se pode encomendar com determinada mercadoria, ele concorda que a fonte de valor das mercadorias é realmente o trabalho, mas discorda que o valor é determinado pela quantidade de trabalho que se pode encomendar com determinada mercadoria, pelo contrário irá afirmar que o valor se determina pelo trabalho que está contido nas mercadorias, deste modo o valor é determinado pelo trabalho necessário à produção.

Como o valor é determinado pelo trabalho contido na mercadoria este não constitui uma medida invariável de valor, porque o trabalho necessário à produção de uma mercadoria pode variar principalmente por causa da inclusão da maquinaria, ou seja, graças ao aumento da capital fixo com relação ao capital circulante que é empregado na produção, que pode poupar tempo de trabalho e reduzir os custos de

produção e dos bens produzidos. A queda no valor das mercadorias em função do aumento da maquinaria primeiramente faz com que Ricardo pense que a maquinaria é benéfica a todas as classes que fazem parte da sociedade.

A implantação da máquina é boa para o capitalista porque ela aumenta seus lucros temporariamente até que outros capitalistas passem a utilizar a mesma máquina e então por causa da concorrência seus lucros se reduzem. Aos trabalhadores é benéfica porque podem comprar uma maior quantia de mercadorias com mesmo salário já que a inclusão da máquina reduz a quantidade de trabalho contido na mercadoria deixando-a mais barata, (RICARDO, 1982, p. 56):

Todo melhoramento na maquinaria, nas ferramentas, nas edificações, e na obtenção de matérias-primas poupa trabalho, permitindo nos produzir mais facilmente a mercadoria a qual se aplicou a melhoria e, em consequência, o seu valor se altera (...) considerarei todas as grandes variações que ocorrem no valor relativo das mercadorias como sendo produzidas pela maior ou menor quantidade de trabalho.

Nesta primeira análise sobre os efeitos da maquinaria Ricardo ainda está sob o efeito da primeira face da Revolução Industrial. Para ele o desemprego gerado pela introdução das máquinas não constitui um problema para os trabalhadores, ele pensa que as dispensas ocorridas em determinado ramo serão compensadas com a produção de outras mercadorias, ele crê que a forma de desemprego gerado pela maquinaria é o temporário que tende a se corrigir após a migração do emprego de um ramo para outro em função da tendência ao nivelamento da taxa de lucro, de modo que os salários permaneceriam constantes não apresentando tendência a queda, assim o benefício resultante da maquinaria é maior que o dano causado por ela.

Esta concepção de Ricardo não permanecerá a mesma até que ele conclua a sua obra, porque ele presenciou a Revolução Industrial e seus dois momentos. O primeiro momento logo após o início em que o crescimento do emprego e da riqueza surgiam como fruto da expansão produção na indústria, de forma que a máquina trazia grande prosperidade nos primeiros tempos de sua aplicação. Ao se desenvolver a Revolução Industrial a produção capitalista tem como objetivo aumentar o ritmo de acumulação e por isto a substituição da força de trabalho pelas máquinas torna-se intensa, isto tem como efeito o aparecimento do desemprego que se torna crescente passando a constituir um problema para os trabalhadores.

Ricardo ao presenciar estes dois fatos promove uma autocrítica ao seu primeiro pensamento a respeito da maquinaria, concluindo que esta é ao mesmo tempo muito prejudicial e contrária aos interesses dos trabalhadores, (RICARDO, 1982, p. 262):

Meu erro consistia em supor que sempre que o rendimento líquido da sociedade aumentasse, seu rendimento bruto também aumentaria. Agora, no entanto, tenho razões suficientes para pensar que o fundo de onde os proprietários de terra e os capitalistas obtêm seu rendimento pode aumentar enquanto o outro - aquele que depende principalmente da classe trabalhadora - pode diminuir. Conseqüentemente, se estou certo, a mesma causa que pode aumentar o rendimento líquido do país, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida dos trabalhadores.

Ricardo explica que o rendimento líquido é a parte do valor acrescentado que é pago aos proprietários e não aos trabalhadores, portanto é composto pela soma dos lucros dos capitalistas e da renda terra. O rendimento bruto compreende além da soma dos lucros e da renda da terra, a soma dos salários e, portanto considera todo valor acrescentado. Com o aumento da participação da maquinaria na produção as vantagens dos capitalistas e dos proprietários continuarão as mesmas, ou seja, os proprietários poderão adquirir mercadorias com preço mais baixo e os capitalistas poderão ter altos lucros aumentando temporariamente, assim, o rendimento líquido também irá aumentar.

O rendimento bruto cai por que a parte paga em salários reduz, ou seja, o aumento da maquinaria faz com que menos trabalhadores sejam empregados na produção de modo que a massa salarial que compõe o rendimento bruto reduz em função do número de dispensas, mostrando que a inclusão da maquinaria é contrária e não benéfica aos interesses dos trabalhadores.

A contribuição de Ricardo dá início a análise aprofundada do desemprego que até então, na visão de outros autores, surgiria como efeito dos desvios de aplicação nas atividades produtivas. Para Ricardo a principal causa do desemprego é a mudança na estrutura do capital que no início era basicamente circulante e, à medida que os capitalistas passam a aplicar seus investimentos em máquinas para a produção, estas passam a substituir cada vez mais o número de trabalhadores necessários fazendo com que haja uma queda contínua no valor trabalho representada pela queda na massa salarial.

As duas conclusões completamente opostas presentes na obra de Ricardo se justificam pelas mudanças provocadas pela Revolução Industrial, ele viu como a

população estava empobrecendo e por isto foi influenciado a mudar seu pensamento, “A Revolta contra as Máquinas” de 1812, contribuiu para que ele mudasse sua idéia quanto à natureza das máquinas e sua influência na sorte dos trabalhadores.

Assim a partir de Ricardo o desemprego passa a ser tratado como um problema presente na estrutura do capitalismo, ele aparece em oposição aos interesses de acumulação. As máquinas têm por efeito acelerar o processo de acumulação e por isto são sempre introduzidas de forma mais acelerada no modo de produção e, quanto mais forte é o movimento de acumulação, maior é este movimento de substituição, o que faz com que a demanda por trabalho reduza de forma mais rápida tornando a população trabalhadora excedente.

3.1.4 A Teoria do Desemprego de Thomas Robert Malthus

A análise econômica de Malthus é contemporânea a análise de Ricardo, porém este mostra como o desemprego não está completamente vinculado à mudança da estrutura da produção capitalista a partir da Revolução Industrial, mostra como o desemprego pode surgir em função da ordem liberal e da ignorância da população.

Durante o século XVIII a.C. à Inglaterra viu a sua população crescer de forma acelerada e aumentar em muito seu tamanho. HUBERMAN (1959) afirma que isto se deve a dois fatos, a Revolução Industrial que tornou a produção mais rápida e barateou as mercadorias e a Revolução ocorrida na Agricultura que proporcionou uma melhoria nas técnicas de plantio e condição de recuperação dos solos fazendo com que a alimentação apresentasse melhora, resultando em uma redução do número de mortes repercutindo no aumento da população. O crescimento populacional aliado a Revolução Industrial fez com que a população trabalhadora se tornasse uma classe numerosa, excedente e miserável principalmente na Inglaterra onde se tornava crescente a necessidade de se ofertar ajuda aos pobres para que os mesmo pudessem sobreviver.

Malthus era um crítico da realidade não concordava em oferecer auxílio aos pobres, era favorável a ordem liberal que proporciona o crescimento da riqueza sem que o bem-estar gerado se espalhe para toda a população, principalmente se esta

crescer de forma mais rápida que a quantidade de bens necessários para sua sobrevivência. A miséria dos pobres resulta da ordem liberal que por isto é a melhor opção porque ela traz miséria para apenas uma parcela da população ao passo que outro regime poderia trazer a miséria para todas as classes da sociedade.

MALTHUS (1983), a fim de afirmar a supremacia da ordem liberal, formulou a Lei da População e a Lei dos Rendimentos Decrescentes do Solo, contidos na obra Ensaio sobre a População, de 1798. Através destas leis ele explica que a população tende a ser excedente com relação a disponibilidades de alimentos, porque a população dobra a cada 25 anos e segue a regra de uma progressão geométrica de razão dois, enquanto a produção de alimentos no mesmo período de tempo considerado não consegue dobrar ela cresce em progressão aritmética. Assim sendo a população será excedente com relação à disponibilidade de alimentos e esta parcela estará condenada à morte pela falta de alimentos e a miséria irá matar todos aqueles que nascem sem condições de se alimentar, caso não haja donativos que incentivem as famílias a continuar se reproduzindo.

A noção de população excedente é percebida em Malthus não como resultado de uma mudança na estrutura do sistema. Para ele a população tem a responsabilidade de causar sua própria desgraça, pois ao se reproduzir de maneira desenfreada a população constrói os meios que a tornam excedente, deste modo o desemprego surge em função de uma excessiva oferta de trabalho. Para Malthus independente da situação da demanda por trabalho, haverá sempre uma oferta excedente de trabalhadores, e por isto é necessário frear o crescimento populacional para alcançar o desenvolvimento econômico de forma a reduzir a miséria.

No livro Princípios de Economia Política, MALTHUS (1983), escreve sobre o comportamento da demanda de trabalho com relação aos salários, e aos fatores que podem contribuir para sua redução. Sua análise começa a partir dos salários, cujo nível deve ser aquele mínimo para manter a população em um Estado estacionário em que os trabalhadores não morram e não se reproduzam, sendo que este será o nível de salários responsável pelo volume de oferta e demanda de trabalho. Constitui o preço natural do trabalho que é responsável por criar uma oferta média de trabalhadores para satisfazer uma demanda média. O preço de mercado dos salários depende do volume de oferta com relação à satisfação da demanda média podendo estar acima ou abaixo do salário de equilíbrio.

Malthus irá concluir que o nível de salários e a situação da classe trabalhadora dependem em parte do crescimento dos recursos do país, mas é definida principalmente pelos hábitos da população, já que um aumento dos salários pode vir a ter dois efeitos, um positivo, se a população é prudente que consiste na melhora do padrão de vida, outro negativo, se a população é guiada pela ignorância aumenta seu volume. Ele diz que as causas que contribuem para melhora do padrão de vida de uma população são a educação, a liberdade civil e a participação política ao passo que os fatores que contribuem para a o aumento da população são o despotismo, a opressão e principalmente a ignorância da população.

Além dos hábitos da população existem outros fatores que, segundo Malthus, podem influir na demanda por trabalhadores, pode ocorrer dos salários estarem mais altos do que deveriam ser quando os preços dos produtos agrícolas caem, isto reduz a capacidade dos agricultores de empregar um número igual ou maior de trabalhadores ao mesmo preço e haverá dispensa de trabalhadores até que depois de algum tempo de miséria os trabalhadores morram e os salários voltem a cair ao nível da demanda. Se a queda nos preços dos produtos agrícolas ocorrer de forma gradual não haverá dispensa de trabalhadores ocorrerá apenas uma redução na demanda por trabalhadores e uma suspensão em novas empreitadas de trabalhos reduzindo o número de novas contratações, ao passo que se a queda de preços ocorre de forma abrupta além da suspensão de novas contratações ocorrerá uma redução no volume de emprego, pois não apenas a demanda por trabalho reduzirá, mas também os trabalhadores empregados irão perder seu emprego.

Nestas duas situações em que a redução do nível de salários ocorre em função da redução do volume de emprego ocorre um desacordo entre os salários e o crescimento da população, pois a população continua crescendo mesmo com redução na demanda por mão-de-obra. O volume de desemprego aumenta conforme se processa este aumento da população, isto ainda pode ser agravado em países que impõem leis de auxílio aos pobres sob forma de donativos que podem continuar a influenciar o crescimento populacional.

A exposição das idéias de Malthus extraídas da obra Princípios de Economia Política mostra que as principais causas do desemprego na visão deste autor são a ordem liberal que não distribui as riquezas de forma igualitária, mas o problema é agravado principalmente pela imprudência da população que se reproduz de

maneira desenfreada mesmo em face de situações em que seus salários não são suficientes para manter suas principais necessidades de sobrevivência.

Conclui-se que para Malthus o desemprego não surge como um fenômeno que resulta da estrutura de produção no capitalismo, pode-se afirmar que para ele a principal causa do desemprego é o excesso da oferta de mão-de-obra que se reproduz demasiadamente de forma que não considera as condições de demanda. Na visão de Malthus ainda pode-se afirmar que o desemprego não pode constituir um problema de caráter permanente no capitalismo, visto que em paralelo ao crescimento da oferta surge a incapacidade de se produzir alimentos para toda a população de forma que uma parcela desta população torna-se miserável e condenada à morte nas sociedades liberais já que a insuficiência de recursos alimentares irá matar a população de forma que a oferta de trabalhadores após um período de miséria cairá ao mesmo nível da demanda.

3.2 A TEORIA DO DESEMPREGO DE KARL MARX

O pensamento econômico de Karl Marx é ao mesmo tempo o mais polêmico e o mais completo a ser estudado comparado com os autores descritos até o momento, estes formam através de suas idéias a Economia Política Clássica, dominante entre as correntes econômicas até o momento em que as forças produtivas através da submissão do trabalho assalariado e do desenvolvimento da Revolução Industrial, mudaram o modo de acumulação e fizeram se consolidar o modo de produção capitalista propriamente dito.

Marx identificou através das características do modo de produção capitalista as contradições deste sistema, estas contradições influenciaram seu pensamento, fazendo com que o mesmo se tornasse um grande crítico da economia política clássica. A obra mais extensa de Marx é O Capital, cujo primeiro volume foi publicado em 1867 neste livro ele descreve as características da dinâmica capitalista e aponta as contradições deste sistema. Marx pôde observar o desenvolvimento do capitalismo após o primeiro impacto da Revolução Industrial. Após 1848 o capitalismo entra na era da acumulação que já não processa apenas com base na exploração da mão-de-obra os meios de produção, passam a exercer papel fundamental para aceleração o processo de acumulação frente ao ambiente de

concorrência que se forma entre os capitalistas, em paralelo a população mundial continua crescendo tornando a oferta de trabalho cada vez mais excedente.

Entre as contradições identificadas por Marx, o desemprego é identificado como das mais fortes contradições do capitalismo porque ele resulta da forma como se processa a acumulação capitalista que tem como característica uma tendência continua a promover a pauperização da classe trabalhadora. Entender o desemprego na visão de Marx requer necessariamente conhecer a lógica capitalista segundo este autor.

Em O Capital, MARX (1996) explica que à medida que o capital é acumulado a sorte da classe trabalhadora varia conforme se processa a acumulação. Ele analisa o capital através das mudanças que acontecem na sua composição a partir de um ciclo produtivo, a composição do capital deve ser olhada sob dois aspectos: a composição pelo Valor, e pela Matéria ou composição técnica.

A composição pelo valor é determinada pela proporção do capital que se destina à parte constante (c), que se refere a máquinas e equipamentos, e pela proporção do capital que corresponde a sua parte variável (v), que corresponde à força de trabalho empregada, representada pela massa de salários. A composição a respeito da Matéria trata-se da decomposição dos meios de produção e força de trabalho necessários para colocar determinada massa de meios de produção em ação.

Segundo MARX (1996, p. 730) existe uma estreita correlação entre ambas, a composição pelo valor, ou seja, o montante de capital constante (c) e do capital variável (v) será uma função da composição técnica, as mudanças na composição técnica farão com que haja mudanças na composição do valor supondo preços constantes, isto determina a composição Orgânica do Capital ($G = c/v$).

No capitalismo houve duas fases, a primeira trata-se do momento em que nasce o capitalismo onde a base produtiva não se alterava e eram raros os incrementos feitos nos meios de produção e a acumulação se processava basicamente através de investimentos em capital variável, que se refere ao maior investimento em força de trabalho. Tal fase se enquadra na primeira hipótese levantada por MARX (1996, p. 712): “Não se alterando a composição do capital, a procura por força de trabalho aumenta com a acumulação.”

Nesta hipótese condizente com a primeira fase do capitalismo a acumulação se processa pelo aumento do capital variável, a mais-valia é reinvestida na produção sob forma de ampliação do número de contratações fazendo com que haja um aumento na procura por trabalho, elevando os salários. A elevação dos salários encontra seu limite na própria acumulação, eles não poderão aumentar continuamente, após um longo período a acumulação será paralisada, esta parada no processo de acumulação faz com que os salários voltem a cair e a acumulação retome seu ritmo normal.

A elevação salarial parece ser favorável aos trabalhadores, porém ela não muda a natureza do capitalismo, faz parte apenas de um período em que é necessário ajustar a oferta à procura de trabalho através do atrativo salarial, a essência capitalista continua sendo a exploração da força de trabalho responsável pelo aumento da riqueza.

A primeira fase do capitalismo onde a acumulação se processa sob a mesma base produtiva e existe uma relativa alta na procura de trabalho, tende a ser ultrapassada. A segunda fase do capitalismo corresponde ao seu desenvolvimento a partir da Revolução Industrial, onde o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se torna a principal “alavanca” do processo de acumulação fazendo com que menos mão-de-obra seja necessária.

MARX (1996, p. 723) explica que o grau da produtividade de uma sociedade é expresso pelo volume de meios de produção que um trabalhador transforma em produto com mesmo gasto de força de trabalho. À medida que cresce a produtividade do trabalhador um maior número de máquinas e matérias-primas entram no processo, isto leva novamente ao aumento da produtividade que se torna mais sujeita a inserção da maquinaria no processo.

O aumento da produtividade através do crescente volume de capital empregado em meios de produção se processa através da redução da proporção do capital variável empregado na produção, “... diminui o fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos.” (MARX, 1996, p. 723). O decréscimo do capital variável ocorre em termos relativos sendo que em termos absolutos o capital variável pode até mesmo aumentar tendo em vista que o capital global cresce, mas a tendência é que haja uma progressiva queda na redução da

procura por trabalho que é determinada pelo capital variável, paralelo ao aumento do capital constante.

Desta forma a acumulação capitalista se processa de forma que o capital variável (v) decresce relativamente com relação ao capital constante (c), o que promove um aumento da composição orgânica (G) porque a razão entre capital constante e variável se eleva, ($G = \frac{c}{v}$) fazendo com que haja reação demanda por força de trabalho.

Por exemplo, um capital que no início despende 50% de seu valor global em capital constante e 50% em capital variável terá composição orgânica igual a um:

$$G = c/v \longrightarrow G = 50/50 \longrightarrow G = 1 \quad (1)$$

Ao se processar a acumulação os novos ciclos se processarão em uma base técnica produtiva em que se aplica apenas 20% em capital variável, e 80% em capital constante, de forma que a composição orgânica irá aumentar:

$$G = c/v \longrightarrow G = 80/20 \longrightarrow G = 4 \quad (2)$$

Como a procura por trabalho é determinada pela proporção do capital variável o efeito do aumento da composição orgânica do capital é uma redução na procura por trabalho fazendo com que a população trabalhadora ultrapasse as necessidades do capital causando desemprego.

O aumento da composição orgânica além de tornar a população trabalhadora excedente, causa um efeito chamado concentração que se trata do maior volume dos meios de produção e o aumento da acumulação. A concentração aumenta a concorrência entre os capitais de forma que os capitais fracos são expropriados pelos mais fortes conduzindo a um processo de centralização dos capitais. A centralização faz ressurgir os velhos capitais renovados pela injeção de meios de produção necessários para vencer a concorrência, logo a centralização intensifica o processo de aumento da composição orgânica aumentando o desemprego.

O processo de acumulação assume estas duas características, por um lado ele se processa a partir de um aumento absoluto da massa dos meios de produção que aumentam a produtividade e aceleram a acumulação, promovendo concentração dos meios de produção. A concentração dos meios de produção

assume um papel importante para ajudar a vencer a concorrência existente entre os diversos capitalistas, ocorre que muitos capitais se repelem através deste processo dando origem ao processo de centralização.

Assim sendo o processo de acumulação capitalista é, para Marx, a própria causa do desemprego, sua presença está vinculada ao capitalismo e não pode se separar dele porque a evolução do processo de acumulação está condicionado ao aumento da composição orgânica e a centralização do capital, fatores que reduzem a demanda por mão-de-obra e tornam a classe trabalhadora excedente, "...a produção capitalista sempre produz, e na produção de energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, (...) que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 1996, p.737).

O desemprego constitui uma condição para o desenvolvimento do capitalismo, sem esta classe não seria possível ao capitalismo desenvolver a acumulação em ritmo acelerado, porque ela proporciona ao capital expandir-se sem que haja preocupações com disponibilidade de mão-de-obra ou com o volume de salários a serem pagos, por isso Marx chama a população excedente de "Exército Industrial de Reserva", que está sempre pronto a ser explorado, sua presença assim como o processo de acumulação se torna lei inerente ao desenvolvimento do capitalismo (MARX, 1996, p.749):

Determina uma acumulação de miséria correspondente á acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo e ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.

3.3 A TEORIA DO DESEMPREGO DA ESCOLA NEOCLÁSSICA

A obra de Marx teve grandes repercussões no pensamento econômico, causando um grande fortalecimento no partido da classe operária ameaçando desta forma o sistema capitalista de produção. Temia-se que as idéias de Marx levassem o mundo novamente a Revolução fazendo com que o capitalismo cedesse seu lugar ao socialismo. Após Marx o mundo ficou dividido entre os que aceitavam as suas idéias e entre aqueles que as repudiavam de forma que surgiu a necessidade de se

construir um novo pensamento mais condizente com a ideologia burguesa e que afastasse a ameaça de uma Revolução Socialista.

Logo após o surgimento da teoria Marxista, surge a corrente do pensamento econômico baseado nos conceitos marginalista, a descoberta do conceito de utilidade marginal ocorreu de forma simultânea por três economistas diferentes: Walras, Jevons e Menger. O surgimento desta corrente do pensamento econômico atendeu aos clamores da classe capitalista justamente por "... ser mais coerente com a existência de uma classe afastada do processo de produção e somente interessada na colocação e rendimento de seus capitais..." (TAYLOR, 1951, p.133).

O princípio da utilidade marginal baseia-se no argumento de que o consumo dos bens proporciona satisfações decrescentes, de forma que a satisfação do último bem consumido irá determinar seu valor. TAYLOR (1951) explica que a nova teoria de valor abandona as teorias clássicas a respeito de valor trabalho de Smith e também de Ricardo, sendo aceita com facilidade no campo da teoria econômica porque foi entendida como a teoria de valor mais ampla que já havia sido formulada, a utilidade marginal além de ser uma medida psicológica de valor é também uma medida de custo porque a quantidade consumida depende do custo, e este depende do valor trabalho incorporado no produto.

Os economistas, Walras, Menger e Jevons iniciaram a escola Neoclássica a partir do descobrimento da utilidade marginal. Esta escola teve outros importantes seguidores que contribuíram para a formação de paradigma Neoclássico, podendo citar os mais importantes: V. Pareto, F. Wieser, Marshall, e Pigou. O pensamento neoclássico causou grande repercussão, se tornando unânime no pensamento econômico, as principais teorias formuladas sob esta ótica dizem respeito à formação de preços, comportamento da firma e do consumidor, equilíbrio de mercado, e desemprego.

A teoria do desemprego Neoclássico é formada a partir das contribuições de vários autores da escola, de forma que esta não será descrita através dos autores de forma isolada. Para descrever a teoria do desemprego Neoclássico será usado como base à obra A teoria Econômica do Desemprego, de AMADEO e ESTEVÃO que procura explicar qual a visão geral do pensamento Neoclássico a respeito de desemprego.

AMADEO e ESTEVÃO (1994, p.14), explicam que o paradigma do desemprego Neoclássico é formulado a partir de quatro hipóteses básicas que constituem a teoria Neoclássica, são eles:

- a) todas as firmas praticam a maximização de lucros, procurando igualar seus custos marginais às suas receitas marginais no ponto em que seu lucro é zero;
- b) as firmas trabalham com uma tecnologia que apresenta rendimentos marginais decrescentes por isto é preciso ponderar a quantidade utilizada de capital e trabalho para não interferir na maximização;
- c) a oferta de trabalho mantém relação direta com o salário real, gerada através de um processo de maximização de utilidade dos trabalhadores a partir da qual escolhem uma quantidade de trabalho e lazer que lhe fornecerão maior nível de bem-estar, desta forma a oferta de trabalho depende diretamente do nível dos salários reais ou nominais;
- d) o nível de demanda agregada é determinado exogênamente, assumindo que tudo o que é produzido pode ser vendido não admitindo, portanto um desequilíbrio no mercado de bens.

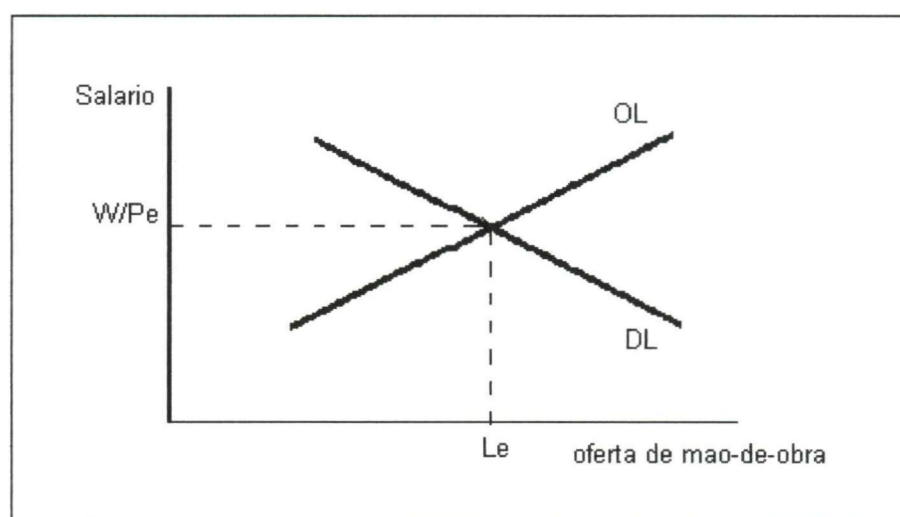
A partir destas hipóteses pode-se formular o modelo de funcionamento do mercado de trabalho, que assume comportamento similar ao comportamento do mercado de bens. O mercado de trabalho é composto por dois agentes, os trabalhadores (vendedores), e as firmas (consumidores). Como todo mercado de bens, este também tem seus movimentos de oferta e demanda regulado pelo nível de preços, o nível de preços que regula o mercado de trabalho é expresso pelo salário real que se distingue do salário nominal porque este se refere ao montante em dinheiro que o trabalhador recebe, enquanto aquele diz respeito ao montante de dinheiro dividido pelo nível de preços das mercadorias, portanto o salário real é a medida do poder de compra do salário nominal do trabalhador.

AMADEO e ESTEVÃO (1994) explicam que a determinação da curva de oferta de trabalho surge a partir da maximização de utilidade de um indivíduo que opta por quantidades diferentes de horas de lazer e trabalho a fim de satisfazer suas necessidades de consumo compatível com o nível de preços em vigor. Isto estabelece uma relação contrária entre quantidades de lazer e nível de salário real, porque à medida que o salário real aumenta diminui o tempo de lazer que o

indivíduo se dispõe a ter aumentando a sua oferta de trabalho. Da soma horizontal das curvas de oferta de trabalho individuais deduz-se a curva de oferta de trabalho agregada que estabelece uma relação entre a disposição dos indivíduos em ofertar a sua mão-de-obra em contraposição ao salário real oferecido.

A formação da curva de demanda por trabalho depende das firmas, que buscam a maximização de seus lucros em um mercado que está em concorrência perfeita, assim a curva da demanda por trabalho representa a própria curva de emprego e de sua produtividade marginal. Esta curva tem inclinação negativa porque as firmas trabalham com uma tecnologia que apresenta rendimentos marginais decrescentes. O nível de emprego de equilíbrio é dado pela interseção entre as curvas de oferta e demanda, ilustrado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – MERCADO DE TRABALHO COMPETITIVO



FONTE: PINDYCK, R; RUBINFELD, D. MICROECONOMIA, 5° ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002, p. 517.

O gráfico 1 mostra que em um mercado de trabalho competitivo onde não ocorrem desvios das forças de mercado e seu ajuste ocorre livremente, o salário de equilíbrio W/Pe é atingido através da interseção das curvas de oferta e demanda por trabalho, neste ponto ocorre o pleno emprego dos fatores já que a remuneração corresponde à produtividade marginal de cada fator.

Para os Neoclássicos existe uma tendência ao equilíbrio no mercado de trabalho, o livre funcionamento dos mercados fará com que o nível de produto seja igual ao de pleno emprego e o salário real será o de equilíbrio representando a justa

remuneração para cada trabalhador ao nível de produto correspondente, (MARSHALL, 1982, p. 199):

Há uma tendência constante para uma posição de equilíbrio normal, na qual a oferta de cada um desses agentes se conserva em tal relação diante da procura de seus serviços, que dá aos que proporcionaram a oferta uma recompensa suficiente pelos seus esforços e sacrifícios. (...) essa tendência se realizaria em si mesma em tal ajustamento da oferta à procura que tanto as máquinas como os seres humanos ganhariam em geral uma quantia bem correspondente ao seu custo de criação e treinamento...

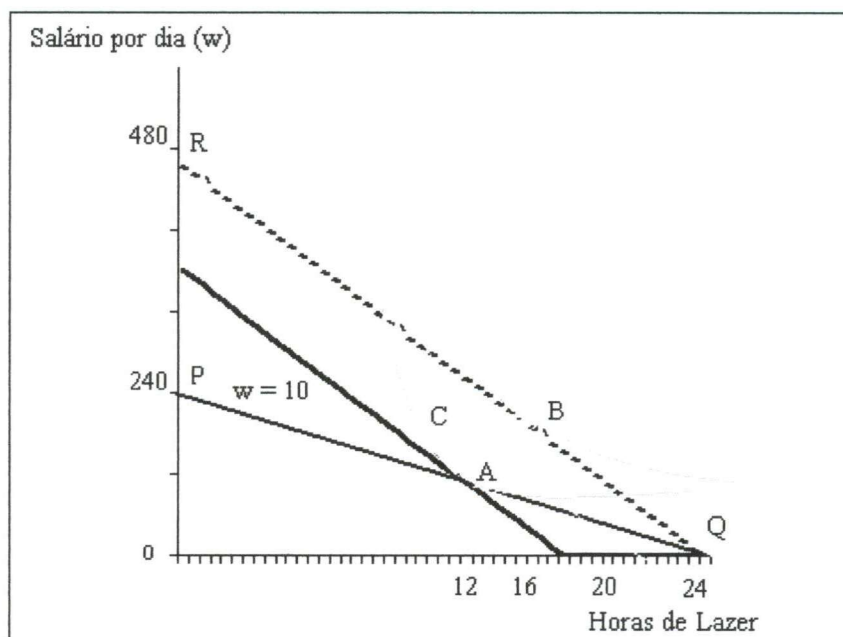
Tendo em vista que o mercado de trabalho tende sempre ao equilíbrio, tal qual um mercado de bens, pode-se concluir que a única forma de ocorrência de desemprego sob este enfoque é através de um mau funcionamento do mercado de trabalho que elevaria o nível de salário real acima do nível de equilíbrio.

A presença de instituições ou sindicatos que reivindicam maiores salários que os do nível de equilíbrio promovem um movimento contrário ao das forças de mercado e conduzem a um aumento do salário real, que irá aumentar a disposição dos trabalhadores de forma que ocorrerá um aumento na oferta de trabalho. Este aumento na oferta de trabalho não poderá ser absorvido pelo mercado já que as firmas não podem contratar porque o trabalho apresenta rendimentos decrescentes e também porque as firmas buscam maximizar seus lucros.

Ao aumentar o nível de salário real aumenta também a oferta de trabalho isto porque à medida que o salário cresce diminui a utilidade marginal que um indivíduo atribui as horas de lazer que pode desfrutar. Ele troca mais salário por menos lazer, isto porque o salário é a utilidade do trabalho, então à medida que um trabalhador oferece mais horas de seu dia para mais trabalho e menos lazer tem-se um aumento da utilidade do salário, assim um aumento do salário real promove um aumento na oferta de trabalho que não poderá ser absorvido pelo mercado.

O gráfico 2 mostra o comportamento de um indivíduo com relação a um aumento no salário diário, frente a um aumento do salário real ele aumenta sua oferta de trabalho e reduz a quantidade de horas de lazer que maximizam a sua utilidade, Inicialmente ele não se propõe a trabalhar por um salário de 240 \$, a partir do momento em que o salário sobe para níveis acima de 240 \$, o indivíduo aumenta a sua oferta de trabalho porque reduz as horas de lazer desejada, quando o salário é de 480 \$ a satisfação do indivíduo é a mesma que se este estivesse tendo 24 horas de lazer, ocorre, portanto, um efeito substituição entre horas de lazer e salário.

GRAFICO 2 – AUMENTO DA OFERTA DE TRABALHO COM RELAÇÃO AO AUMENTO DO SALÁRIO REAL



FONTE: PINDYCK, R; RUBINFELD, D. MICROECONOMIA, 5º ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002, p. 514.

Desta forma as únicas causas do desemprego no enfoque Neoclássico é o desemprego voluntário ou o friccional. O desemprego voluntário surge quando os trabalhadores ou sindicatos passam a exigir um salário real maior, justamente porque a partir de determinado momento o mesmo nível de salário passa a ter utilidade decrescente para cada indivíduo, surgindo desta forma a necessidade de aumentos contínuos no salário para manter a utilidade marginal do salário elevada. Um nível de salário acima da produtividade marginal do trabalhador impossibilita as firmas de aumentar ou até mesmo manter sua demanda por trabalho o resultado deste processo é uma oferta de trabalho acima da que pode ser absorvida pelo mercado. Ao contrário, quando não ocorrem empecilhos em um mercado de trabalho competitivo, todos os que estiverem dispostos a trabalhar em troca de uma taxa natural de salário irão encontrar trabalho.

O desemprego friccional ocorre em função do movimento de queda da taxa de lucro em alguns ramos de atividades, porque quando cai a taxa de lucro os capitais tendem a se deslocar para ramos onde a lucratividade é maior. Durante este período de ajuste ocorrem dispensa de trabalhadores do ramo onde a taxa de lucro

está sofrendo queda. Estes trabalhadores serão realocados no mercado de trabalho quando o capital for reinstalado em outro ramo de atividade de maior lucratividade, o desemprego friccional constitui, portanto, um período de ajuste entre os movimentos de oferta e demanda por trabalho.

3.4 A TEORIA DO DESEMPREGO DE JOHN MAYNARD KEYNES

A teoria Neoclássica dominou o pensamento econômico durante todo o século XIX, ela se tornou uma espécie de manual para se entender o sistema de produção capitalista, porém a história mostra que a teoria Neoclássica é na verdade uma teoria que não se aplica à realidade. A idéia de que, através do liberalismo, o sistema tende sempre a encontrar seu ponto de equilíbrio em todos os mercados inclusive no mercado de trabalho não se verifica quando se compara a teoria á realidade, o equilíbrio ocorre apenas em situações hipotéticas.

Durante o início do século XX o capitalismo passa por um fenômeno de transformação que se denominou a II Revolução Industrial, neste período o fato central ocorrido que contribui para a futura queda da teoria Neoclássica foi, segundo HOBSEBAWM (1994), a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, que ocorreu graças ao desenvolvimento de novos métodos de produção como é o caso do Taylorismo e do Fordismo.

Estes novos métodos de produção resultaram na produção em massa proporcionando a entrada de novos setores e ramos de produção, principalmente setores da indústria pesada. A produção em massa resulta desses novos processos e dos novos produtos que através da ampliação das escalas de produção obtendo rendimentos crescentes colaboraram para o desenvolvimento do capital financeiro bem como para a ascensão de novas nações ao núcleo do capitalismo.

A partir destas mudanças na produção capitalista muda também a estrutura dos mercados e da acumulação, em determinados segmentos principalmente da indústria pesada onde os lucros tornam-se superelevados comparados aos lucros conseguidos em estado de concorrência, de forma que estes lucros passam a constituir uma espécie de barreira a entrada no mercado.

Estas mudanças na estrutura do capitalismo mudaram totalmente o cenário de acumulação de capital de forma que o poder de monopólio passava a vigorar

como regulador para a sobrevivência no capitalismo. Enquanto isso a prática da política econômica liberal neoclássica apresentava como resultado a centralização cada vez maior do capital, o fortalecimento dos bancos, aumento na luta pela hegemonia entre as nações capitalistas, o que degradava o comércio internacional e o padrão ouro.

Os acontecimentos em série destes fatos resultaram na “Grande Depressão” ocorrida alguns anos após a Primeira Grande Guerra Mundial quando os efeitos da II Revolução Industrial se tornam mais contundentes. A superprodução continuava em escala acelerada, os novos métodos e equipamentos de produção aplicados na indústria pesada eram poupadores de mão-de-obra que provocaram desequilíbrios no mercado de trabalho culminando em uma grande onda de desemprego. Enquanto isso o Estado que regulava a ordem nas nações e que até então seguia fielmente a ideologia Neoclássica com a prática do liberalismo não interferia nos caminhos ditados pelo capitalismo. O resultado combinado da prática da política liberal pelo Estado, da superprodução, foi “... o desemprego em uma escala inimaginável e sem precedentes...” (HOBBSAWM, 1994, p. 97), que acabou por conduzir o declínio das políticas liberais e da teoria Neoclássica visto que esta não era capaz de explicar a nova dinâmica do capitalismo.

Neste período surgem as idéias de John Maynard Keynes, formado na escola Neoclássica, mas que em função dos fatos econômicos de sua época passa a criticar a escola que comandou sua formação. As doenças sociais como o desemprego e a economia de guerra estavam conduzindo o capitalismo a um colapso e a um retorno as idéias socialistas então sufocadas pela ascensão da teoria Neoclássica. Isto faz com que em 1936 Keynes publique a obra que irá revolucionar a história da política econômica, A teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda, onde apresenta sua crítica ao mercado de trabalho Neoclássico e constrói uma nova teoria para explicar o desemprego nas economias capitalistas.

KEYNES (1982) começa sua análise justamente pela crítica ao mercado de trabalho Neoclássico que não admitia a ocorrência de desequilíbrios estruturais onde o desemprego só poderia ocorrer de forma voluntária ou friccional. Para desenvolver a análise de Keynes é necessário lembrar os quatro postulados da teoria Neoclássica sobre o mercado de trabalho: As firmas praticam a maximização de lucros; elas trabalham com uma tecnologia que apresenta rendimentos

decrecentes; a oferta de trabalho está diretamente relacionada com o salário real de forma que ele representa a produtividade marginal do trabalho considerando que os indivíduos maximizam a quantidade trabalho e de lazer que desejam, a utilidade marginal do salário será igual a desutilidade marginal deste mesmo volume de emprego; a demanda agregada é determinada exogenamente.

O objeto de ataque de Keynes é precisamente o terceiro e o quarto postulados, o quarto postulado diz que a demanda agregada é determinada exogênamente e que corresponde ao nível de oferta agregada lembrando a idéia de equilíbrio, admite que existe uma comunicação perfeita entre mercado de trabalho e mercado de bens.

O terceiro postulado admite que a oferta de trabalho varia em função do salário, Keynes não nega que o salário seja a medida da produtividade marginal do trabalho, mas é contra a idéia de que a utilidade marginal do salário é igual a desutilidade marginal deste mesmo volume de emprego, porque isto quer mostrar que a oferta de trabalho é totalmente elástica às variações no salário, assim o único desemprego possível é friccional ou voluntário.

A teoria Neoclássica não admite a presença de desemprego involuntário que possa surgir em função de desequilíbrios no sistema em virtude de uma falha de comunicação entre o mercado de bens e o mercado de trabalho, ou seja, perante a inexistência do quarto postulado.

O período em que entra o capitalismo após 1930 não é mais compatível com esta teoria, como dito existe a proliferação do desemprego causado de forma involuntária. Keynes não concordava com a visão Neoclássica do desemprego, para ele era impossível manter um estado de pleno-emprego com ajuste automático e autônomo das forças de mercado, por isto desenvolve sua teoria a partir da crítica ao mercado de trabalho dos Neoclássicos. Ele tem como objetivo explicar que no capitalismo existe desemprego involuntário porque este sistema funciona de forma sistemática e dependente onde uma variável determina a outra, ou seja, ele irá explicar porque o desemprego existe em função de desequilíbrios no sistema e da falha de comunicação entre mercado de bens e mercado de trabalho.

KEYNES (1982) procura descobrir o que determina em um dado sistema econômico o volume de emprego bem como a renda nacional, para isto ele parte do

pressuposto que em determinadas condições técnicas de produção a oferta de bens trará dois tipos de custos para o empresário:

- a) Custo de Fatores refere-se aos salários que serão pagos para empregar o volume de mão-de-obra em questão, (CF);
- b) Custo de Uso do emprego representa a soma paga a outros empresários pela compra de máquinas e matérias-primas, (CU).

A partir da noção dos custos determina-se o lucro do empresário, tomando o valor da produção total (PT) subtrai-se o valor da soma dos custos fatores mais o custo do uso do emprego sendo o resultado o lucro dos empresários (LE):

$$LE = PT - (CF + CU) \quad (3)$$

A partir da soma dos custos de fatores, que representa o rendimento das classes trabalhadoras, com os lucros dos empresários, deduz-se a renda agregada (RA):

$$RA = CF + LE \quad (4)$$

A primeira conclusão fundamental a ser tirada é que os empresários irão procurar aumentar ao máximo o volume dos lucros quando forem decidir sobre o quanto de emprego ofertar, portanto o nível de emprego depende do nível de lucros esperados que deve ser vantajoso o suficiente para haver a oferta de emprego em questão.

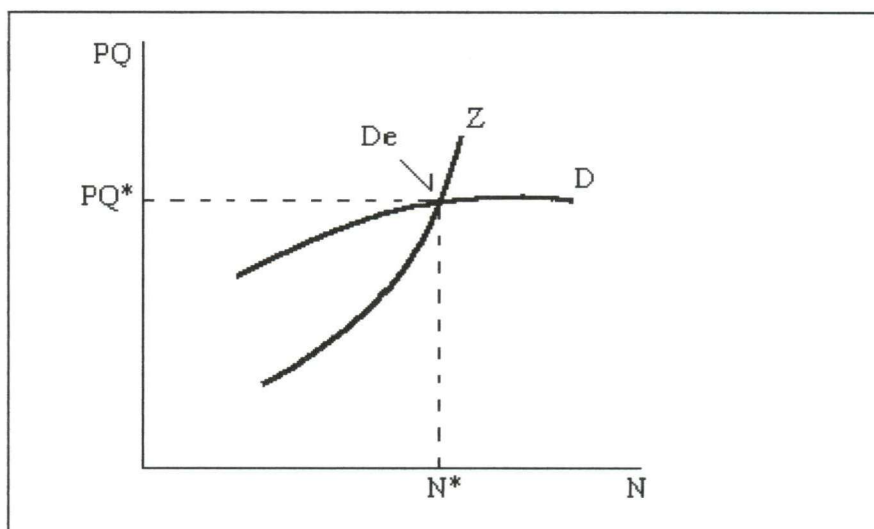
Para prosseguir é necessário determinar o volume da oferta agregada, Keynes define as variáveis que devem ser usadas para tal determinação, seja Z o preço da oferta agregada que resulta da produção que emprega N homens, então a função da oferta agregada é dada por $Z = \Phi(N)$. Tendo deduzido a oferta agregada pode-se deduzir a função da demanda agregada. Sendo D o produto esperado pelos empresários em função do emprego de N homens, deduz-se a função da demanda agregada $D = f(N)$.

A explicação de Keynes é que para determinado valor de N se o produto esperado for maior que o preço da oferta agregada, se $D > Z$ ocorre um estímulo para os empresários aumentarem a oferta de emprego acima de N até o ponto em

que $Z = D$. Assim sendo o volume de emprego será determinado pela intersecção da função da curva de oferta de demanda agregada exatamente porque neste ponto o lucro dos empresários se torna máximo, e justamente neste ponto de intersecção das funções de oferta e demanda agregada é que o valor de D assume a demanda efetiva (De).

Keynes afirma que esta é a essência da teoria do emprego, a demanda efetiva depende do comportamento da empresas que está relacionado às expectativas de lucros. A curva Z incorpora as estimativas dos custos de trabalho associados a cada nível de emprego até o ponto da demanda efetiva que o emprego equivalente N^* . Este nível de emprego não é exatamente o ponto de pleno-emprego porque pode estar associado a um nível de emprego que não preencha toda demanda por empregos. O nível de produção irá determinar o nível de emprego, quando esta for mais intensa maior será o emprego e quando esta se encontrar em ritmo desacelerado menor será o emprego.

GRAFICO 3 – DEMANDA E OFERTA AGREGADA



FONTE: CHICK, V. Macroeconomia: após Keynes, 1ªed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993, p. 71.

A demanda agregada é uma relação que mostra qual o volume de despesa compatível com certo volume de renda e atividade econômica associado a certo volume de emprego. Diz respeito aos planos de gastos dos consumidores agregados quanto aos gastos da empresa de acordo com as estimativas que as empresas fazem ao determinar o volume de produção. A demanda efetiva não expressa uma

relação é um ponto da demanda agregada que se torna efetivo através das decisões de produção das empresas, é, portanto, um volume de produção gerado pelos empresários quando estes avaliam seus lucros provenientes das vendas futuras.

A demanda efetiva foi dividida por Keynes em duas partes, uma trata-se do consumo e outra se refere ao investimento. O consumo (C) é parte gasta na compra de mercadorias seu principal fator determinante é a renda, da qual uma parcela será poupada e outra gasta em consumo de forma que o montante da renda que se destinará a consumo depende da propensão marginal a consumir (c). O investimento será determinado pela eficiência marginal do capital (EMC), "... uma taxa pela qual se iguala o valor presente do fluxo de rendas futuras de um investimento com o preço de oferta de bem de capital necessário a produção".(KEYNES, 1985, p. 101). A eficiência marginal do capital será comparada com o seu custo de oportunidade, ou seja, a taxa de juros (i). Quando a eficiência marginal do capital for igual ou superior a taxa de juros haverá estímulos para os empresários expandirem o investimento e quando esta for menor que a taxa de juros o investimento não crescerá mais.

Após determinar o consumo e o investimento, KEYNES (1982, p. 25) estabelece o mecanismo pelo qual se determina a demanda efetiva. A primeira colocação relevante é que sob certas condições de técnicas, recursos e custos a renda agregada depende do volume de emprego (N). A propensão marginal a consumir (c) é uma variável psicológica que representa a parte da renda que será gasta em consumo, logo se o consumo depende da renda então ele depende do volume de emprego. A quantidade de mão-de-obra (N) que será empregada depende da demanda efetiva que é composta por duas grandezas, consumo e investimento:

$$De = C + I \tag{5}$$

Lembrando que a demanda efetiva ocorre no ponto em que $Z = D$, e como a função de oferta é dada por $Z = \Phi(N)$, temos que:

$$C + I = \Phi N \tag{6}$$

O consumo é uma função do nível de emprego e da propensão marginal a consumir, portanto pode ser descrito por $C = f(N)$, então ao subtrair o consumo da oferta agregada determina-se o volume de investimento:

$$\Phi N - C(N) = I \quad (7)$$

Como consequência o nível de emprego de equilíbrio será determinado em função da taxa de juros e da eficiência marginal do capital que são determinantes do investimento, bem como da propensão marginal a consumir determinante do consumo. A cada nível de produtividade o volume de emprego corresponde a certa produtividade marginal da mão-de-obra e é isto que irá determinar os salários reais, que pode variar de acordo com as variações em D .

O mecanismo que determina a demanda efetiva propõe que um aumento do nível de emprego aumenta também a renda, que eleva o consumo em menor proporção que a renda, logo, quanto maior for o nível de emprego maior será a diferença entre a oferta agregada da produção correspondente e a soma que os empresários esperam recuperar. Quando o consumo não varia, o volume de empregos não aumenta, somente se o investimento for capaz de crescer de modo que preencha a lacuna entre Z e D , encontrando um equilíbrio estável com um nível de emprego inferior ao de pleno emprego.

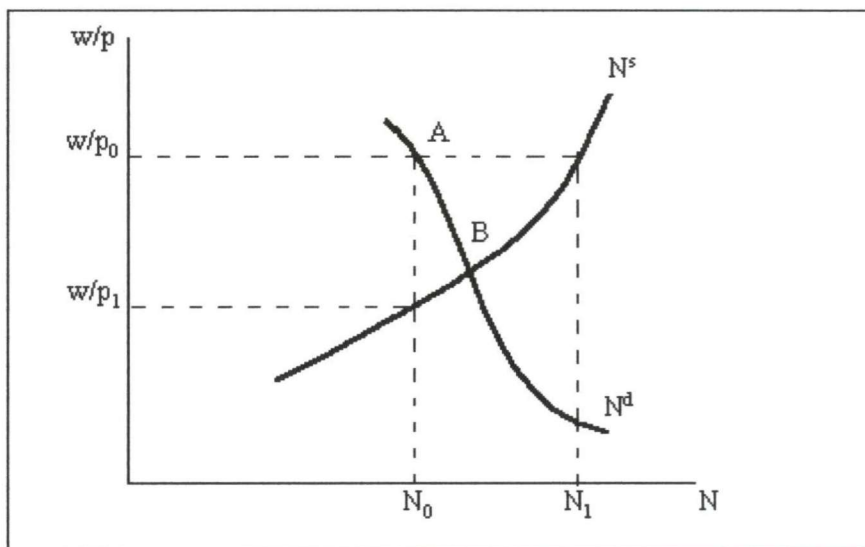
A teoria geral do emprego assume que o nível de emprego é determinado conjuntamente pelo consumo e pelo investimento, e este nível de emprego que irá determinar os salários reais. Se o consumo e o investimento resultam em uma insuficiência de demanda efetiva ocorrerá desemprego involuntário. (KEYNES, 1985, p.32):

Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto à procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente.

Keynes desenvolve sua própria teoria de desemprego vinculada à insuficiência de demanda efetiva, ela estabelece que a oferta de trabalho nem sempre reduz quando os salários reais diminuem, mas é a insuficiência de demanda

efetiva que irá paralisar o processo de produção antes que ele tenha conseguido alcançar o nível de pleno emprego causando desemprego.

GRAFICO 4 – DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO



Fonte: CHICK, V. Macroeconomia, após Keynes, 1ªed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993, p.81.

O gráfico 4 mostra que o ponto A representa um nível de emprego determinado pela demanda efetiva, N^d e N^s são as curvas de demanda e oferta de mão-de-obra respectivamente, w/p é o salário real. A curva N^s representa o volume máximo da oferta de mão-de-obra que se oferece voluntariamente a cada nível de salário real, à esquerda desta curva sempre haverá trabalhadores dispostos a trabalhar. Uma alta de preços dos bens salários promove uma queda no valor do salário real, a oferta de trabalho que deseja trabalhar por w/p_0 é obtida em A, mas esta ainda continua disposta a trabalhar por qualquer salário real acima de w/p_1 . Qualquer queda em w/p_0 acima de w/p_1 é compatível com uma oferta de emprego maior que N_0 , o volume de emprego real, embora a quantidade máxima de emprego ofertada seja N_1 , ao salário w/p_0 .

Assim pode-se afirmar que A representa um ponto de desemprego involuntário onde a oferta de emprego se mantém mesmo com redução nos salários reais, ele é imposto pela demanda efetiva que, "... nem sempre indica uma produção suficiente para empregar todos os que queiram trabalhar pelo salário que as empresas esperavam pagar..." (CHICK, 1993, p.81).

3.5 CONCLUSÃO DA FASE CAPITALISTA: “A EVOLUÇÃO DA TEORIA DO DESEMPREGO NA FASE CAPITALISTA”

O início da Revolução Industrial faz com que o capital passe a ser acumulado na indústria de forma que em um primeiro momento a riqueza se espalha e beneficia todas as classes da sociedade aumentando os lucros e o emprego. Nesta fase não há presença do desemprego no capitalismo, mas como o crescimento da Riqueza está condicionada ao crescimento da indústria na visão de Adam Smith a única causa de desemprego neste momento é a ausência do emprego produtivo do capital na indústria e de impedimentos ao liberalismo no comércio que promove desvios no emprego do capital para ramos onde determinada indústria ou país é menos eficiente competitivamente, o que gera desemprego do capital e futuramente de pessoas.

Ricardo e Malthus apontam as causas do desemprego a partir das mudanças ocorridas em função do desenvolvimento da Revolução Industrial que teve como principais conseqüências o aumento da produção, o barateamento das mercadorias, a queda nos salários, o aumento populacional e o aumento da participação da maquinaria. Estes efeitos promoveram o surgimento do desemprego, causando grande degradação nas condições de vida da classe trabalhadora.

Ricardo irá apontar como causa do desemprego a mudança na estrutura do capital, que inicialmente era basicamente circulante e com o desenvolvimento da Revolução Industrial passa a ter uma maior proporção de capital fixo em função do aumento contínuo da maquinaria reduzindo a demanda por trabalhadores e gerando desemprego.

Malthus não vê o desemprego como resultado desta mudança, ele atribui como causa do desemprego a ignorância da população que se reproduz de maneira desenfreada tornando a população excedente com relação à oferta de trabalho. Na concepção de Malthus o desemprego não é um problema que possa ser visto como permanente no capitalismo, porque a ordem liberal e a lei dos rendimentos decrescentes do solo, fazem com que a parcela excedente da população não disponha de meios para sobreviver de modo que após um longo período de miséria a população comece a morrer reduzindo a oferta excedente de mão-de-obra.

Marx escreve sua teoria em um momento em que o capitalismo está mais avançado, onde o processo de acumulação deixa de depender exclusivamente da exploração da mão-de-obra e ocorre um aumento da participação dos meios de produção como meio de vencer a concorrência que se forma entre os capitais resultando no aumento do desemprego. Estes motivos fazem com que Marx aponte como causa do Desemprego o próprio processo de acumulação porque seu desenvolvimento está condicionado ao aumento da composição orgânica que se processa a partir da redução do capital variável com relação ao capital constante, e a centralização do capital que intensifica o aumento da massa dos meios de produção. Estas duas características do processo de acumulação tem como resultado o desemprego em larga escala.

A teoria Neoclássica nasce para contradizer as idéias de Marx e mostrar que o desemprego não representa um problema intrínseco ao modo de produção capitalista porque os mercados tendem a se ajustar e eliminar os desequilíbrios. Para esta teoria a única causa do desemprego é a voluntária ou a friccional. O desemprego voluntário é uma consequência da exigência de maiores salários reais que o mercado não pode absorver, logo a oferta de mão-de-obra que exige este salário não encontra emprego. O desemprego friccional é temporário surge em função do movimento de capital de ramos de atividade menos lucrativo para os que têm maior taxa de lucro, até a alocação dos trabalhadores de um ramo para outro haverá desemprego.

A teoria Neoclássica aceita por longos anos foi sucumbida pela II Revolução Industrial que resultou no desenvolvimento do capitalismo monopolista e promoveu uma crise no capitalismo cujo principal efeito foi o desemprego. Keynes surge para criticar esta teoria e mostrar que no capitalismo a ocorrência do desemprego está condicionada à forma como se processa a produção, os empresários investem esperando lucros que resultam do consumo dos bens produzidos, consumo e investimento formam a demanda efetiva, logo a principal causa de desemprego para Keynes é a insuficiência de demanda efetiva que paralisa o processo de produção porque desestimula o emprego e promove baixo consumo, gerando desemprego.

A evolução da teoria do desemprego no capitalismo mostra que o problema inicialmente é visto como uma questão de investimento, mas à medida que as forças produtivas se desenvolvem o sistema vai incorporando características que

pressupõem a presença do desemprego de forma cada vez mais intensa. Assim como aponta Ricardo, Marx, e Keynes o desemprego não é voluntário inicialmente ele constitui um resultado de mudança na estrutura do capital, depois passa a constituir um problema do processo de acumulação finalmente torna-se um problema da auto-regulação do sistema que se torna incapaz de gerar demanda efetiva e manter a oferta de emprego.

A evolução do modo de produção capitalista faz com que os autores atribuam diferentes causas para o desemprego, isto porque cada teoria foi construída em um momento diferente do capitalismo, as causas do desemprego evoluem e tornam-se mais complexas a mesma medida que avança o capitalismo porque este progresso faz com que o desemprego se torne um problema presente em sua estrutura tornando-se cada vez mais grave e mais intenso nas economias capitalistas. Assim o desenvolvimento do capitalismo torna mais complexa a evolução das teorias do desemprego porque o desemprego torna-se um problema constante para a estrutura deste modo de produção.

4. CONCLUSÃO

Na fase Pré-capitalista durante os modos de produção Escravo e Feudal não se constatou a presença de teorias que expliquem o desemprego por que ele não representava um problema para estes modos de produção. No modo de produção Escravo a divisão do trabalho se baseava na mão-de-obra escrava o que não permite caracterizar a existência de desemprego, Platão preocupa-se em aperfeiçoar a divisão do trabalho afirmando que todos devem exercer uma função para que se alcance a justiça social. No Feudalismo a produção se realizava através da servidão que tinha como característica o trabalho vinculado a terra o que não permitia a caracterização do desemprego, porém neste período o trabalho deixa de ser visto como uma atividade indigna do homem passa a ser considerado uma qualidade divina, isto ocorreu graças à ideologia cristã que colaborou para tornar o trabalho uma imposição moral para a sociedade propiciando a introdução da servidão.

Ao fim da fase Pré-Capitalista, no período Mercantilista o trabalho além de uma obrigação moral passa a constituir uma obrigação econômica, com o desenvolvimento comercial que acarretou na formação da mão-de-obra assalariada, cria-se uma relação de dependência entre trabalhadores, empregadores e o investimento do capital que começava a ser acumulado por meio do comércio, esta relação faz surgir as primeiras preocupações com o desemprego. A primeira preocupação com o desemprego é dos Mercantilistas seguidos dos Fisiocratas, para ambos o que causa desemprego é a falta do investimento do capital. Para os Mercantilistas haverá desemprego se o capital não for investido no comércio e na indústria porque quebra a harmonia de uma cadeia de interesses e gera desemprego. Os Fisiocratas afirmam que o capital deve ser investido na agricultura porque é por meio desta atividade que o capital começa a circular na economia logo se o capital não for investido na agricultura toda a atividade econômica será paralisada e então haverá desemprego.

A partir da introdução do capitalismo com a transformação da mão-de-obra assalariada e o início da Revolução Industrial, começam a surgir teorias que tratam especificamente do desemprego. Estas teorias evoluem e se tornam mais complexas à medida que avança o capitalismo. Já no início da Revolução Industrial,

Smith afirma que, para não haver desemprego, o capital deve ser investido na indústria e os impedimentos ao livre comércio devem ser eliminados.

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial têm se início o processo de degradação da classe trabalhadora cujo efeito foi principalmente à geração do desemprego. Nesta fase, Ricardo mostra que a causa do desemprego é a mudança que ocorre na estrutura do capital que se traduz no aumento contínuo da maquinaria. Malthus mostra que o desemprego surge como resultado da imprudência da própria população que se reproduz demasiadamente e torna a oferta de trabalho excedente com relação á demanda.

Passado o primeiro impacto da Revolução Industrial o capitalismo entra em sua fase de expansão, o processo de acumulação passa a utilizar cada vez mais de meios de produção e menos de trabalhadores, o que agrava o desemprego. Neste período Marx mostra que a causa do desemprego é o próprio processo de acumulação que traz o aumento da composição orgânica e a centralização do capital. Em contraposição ao pensamento de Marx, surge a escola Neoclássica que procura mostrar que no capitalismo não existe desemprego, porque este existe um ajuste perfeito dos mercados no sistema que impede a formação dos desequilíbrios, assim as únicas causas do desemprego é o voluntário, ou o friccional.

A teoria Neoclássica reinou por um longo período do capitalismo, mas com as transformações do sistema que resultaram na passagem do capitalismo Concorrencial ao Monopolista, o desemprego cresceu tanto que a teoria econômica não podia continuar a ignorá-lo. Keynes mostra que no capitalismo o emprego depende das expectativas dos agentes, de forma que os níveis de investimento e do consumo determinam a demanda efetiva que determina o nível de emprego, se existe uma insuficiência de demanda efetiva haverá desemprego.

Através da exposição da evolução das teorias do desemprego pode-se concluir que a teoria do desemprego nasce a partir do momento em que ocorre a submissão da mão-de-obra assalariada, inicialmente trata-se de um problema cuja causa é apenas o investimento, mas á medida que avança o capitalismo surgem novas teorias que apresentam como fonte do desemprego causas cada vez mais complexas, portanto o próprio desenvolvimento do capitalismo traz a continua proliferação e evolução das teorias do desemprego porque o desemprego constitui um problema que está atrelado ao capitalismo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 5° ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

AMADEO, E.; ESTEVÃO, M. **A Teoria Econômica do Desemprego**, 1° ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

AMADEO, E. **Desemprego, Salários e Preços: Um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970**, 1° ed., Rio de Janeiro: BNDS, 1987.

BENJAMIN, C. **Desemprego em uma abordagem Teórica**. Disponível em: < <http://www.desempregozero.org.br/artigos> > Acesso em 19 maio 2005.

BIANCHI, A. **A Pré-História da Economia**, 1° ed., São Paulo: Hucitec, 1988.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**, 2° ed., Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHICK, V. **Macroeconomia: após Keynes**, 1°ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DENIS, H. **História do pensamento econômico**, 4° ed. , Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. **Desemprego nos países da OCDE: Posições em debate, Econômica**, Rio de Janeiro, v. 1, n° 2, p. 47-58, dez. 1999.

HARRY, B. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**, 3° ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HINDESS, B.; HIRST P. **Modos de Produção Pré-Capitalistas**. 1° ed., Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. 8° ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBSBAWM, E. **A Era do Capital: 1848-1875**. 9° ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. 1° ed., São Paulo: Companhia das letras, 1994.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**, 19° ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KARL, M. **O capital: Crítica da Economia Política, Livro I Volume II**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

KEYNES, J. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.**, 1° ed., São Paulo: Atlas, 1982.

KUNTZ, R.; FERNANDES, F. **Quesnay.** 2° ed., São Paulo: Ática, 1984.

MALTHUS, T. **Ensaio Sobre a População**, São Paulo: Abril, 1983.

MALTHUS, T. **Princípios de Economia Política: consideração sobre sua Aplicação e Prática**, São Paulo: Abril, 1983.

MARSHALL A., **Princípios de Economia**, volume II, 1° ed., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, F. **A produção dos Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**, **Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.16, n°13, p. 7-25, abril-junho 1976,

PETTA, N.; OJEDA, E. **História: Uma Abordagem Integrada.** 2° ed., São Paulo: Moderna.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **MICROECONOMIA**, 5° ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**, 1° ed., São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**, 3° ed., São Paulo: Best Seller, 1994.

SMTH, A. **Investigação sobre as causas da riqueza das Nações**, 1°ed., São Paulo: Hemus, 1981.

TAYLOR A. **As grandes Doutrinas Econômicas**, 7° ed., São Paulo: Europa-América, 1951.